

Telegram: https://t.me/+_2ZrVaXr8M01ODI0

P
Sai às Segundas
50 MT

Ganância Mata ONG's

Págs: 4&5

Acordo de Maputo



Evidentes Frutos da Paz

Alerta Presidente Nyusi

Planeta em Perigo

Pág: 03



Publicidade

GANHA O TRIPLO DE MEGAS COM O NETGIRO

Pacote Mensal. Termos e condições Aplicáveis

✓ Por 160MT Ganhas 1.6GB + 3.2GB (0H00 às 06H00)

✓ Por 3800MT Ganhas 60GB + 120GB (0H00 às 06H00)



4.5

Tmcel
MOÇAMBIQUE
TELÉCOM, SA

website: www.publicomz.com

DESTAQUE

O Presidente da República, Filipe Nyusi, afirma que os resultados do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de Maputo, assinado pelo Governo moçambicano e a Renamo, a 6 de Agosto de 2019, são positivos e evidentes, pois os seus termos estão a ser observados, o que traz esperança acrescida para o país. A título de exemplo, Filipe Nyusi destaca o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos homens armados da Renamo, que está na fase conclusiva. Por sua vez, Mirko Manzoni, Enviado pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas para Moçambique e Presidente do Grupo de Contacto, em declaração publicada na página das Nações Unidas em Moçambique, felicitou as partes por se manterem empenhadas no processo, reconhecendo, de modo particular, a liderança dos dois dirigentes, nomeadamente o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o líder da Renamo, Ossufo Momade, que continuam a promover a paz e reconciliação, através das suas acções. Passados três anos desde a assinatura do Acordo de Maputo, Mirko Manzoni sublinha que a sua implementação continua a revelar resultados positivos, indicando que até à data foram desmobilizados 3.558 ex-combatentes (156 mulheres, 3402 homens), representando 68% do total, e 12 das 16 bases foram encerradas de forma permanente, esperando-se que até finais de 2022 o processo de desarmamento e desmobilização seja concluído, com maior ênfase na reintegração e reconciliação, em 2023.

ANSELMO SEMGO

Email: Sengoans@yahoo.co.br

Em mensagem publicada sábado na sua página de facebook, o estadista moçambicano recorda que a assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional entre o Governo e a Renamo (Acordo de Maputo), a 6 de Agosto de 2019, que sábado passado se assinalou o terceiro aniversário, visava trazer a paz definitiva ao país.

No entanto, realça que o mesmo foi precedido da assinatura do Acordo de Cessação Definitiva das Hostilidades Militares, assinado a 1 de Agosto de 2019, em Gorongosa, na província de Sofala.

Passados três anos, Filipe Nyusi sublinha que os resultados positivos deste acontecimento são evidentes, pois os seus termos estão a ser observados, o que traz esperança acrescida para o país, destacando o Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos homens armados da Renamo, que está na fase conclusiva.

"Quero desta forma congratular o Presidente da Renamo, Ossufo Momade, pelo seu esforço na materialização dos compromissos assumidos conjuntamente neste projecto de tornar Moçambique num país de paz e harmonia", lê-se na mensagem do Presidente da República, divulgada na sua página de facebook.

O Chefe de Estado estendeu os seus agradecimentos ao Enviado pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas, Mirko Manzoni, pelo seu imprescindível

Resultados do Acordo de Paz de Maputo são positivos e evidentes

- Afirma Presidente da República, Filipe Nyusi, na sua mensagem pela passagem, sábado, 6 de Agosto, do terceiro aniversário da assinatura do histórico Acordo de Paz



Presidente da República e o líder da Renamo na assinatura do Acordo de Maputo a 6 de Agosto de 2019

papel na busca da paz duradoura para Moçambique, bem como aos homens e mulheres que directamente participam neste processo, quer como beneficiários quer como facilitadores, e, sobretudo, a todos os moçambicanos que aspiram por um país de paz e prosperidade.

"Bem-haja a paz entre os moçambicanos!", concluiu o Presidente da República.

Também pela efeméride, o Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, escreveu na sua página do twitter que recomenda o uso contínuo do diálogo entre o Governo de Moçambique e a Renamo para promover a paz e reconciliação.

"No 3º aniversário da paz, reafirmo o compromisso da ONU de apoiar os moçambicanos na busca de um futuro melhor para todos", lê-se na mensagem do SG da ONU, publicada na sua página do twitter.

68% DAS BASES DA RENAMO ENCERRADAS

O Enviado pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas para Moçambique e Presidente do Grupo de Contacto também não ficou a leste da data, tendo afirmado, em declaração publicada sábado, 6 de Agosto, na página das Nações Unidas em Moçambique, que "hoje celebramos três anos desde a assinatura histórica do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de Maputo".

Com efeito, Mirko Manzoni escreveu que felicitava as partes por se manterem empenhadas no processo, reconhecendo, de modo particular, a liderança dos dois dirigentes, designadamente o Presidente da República, Filipe Nyusi, e o líder da Renamo, Ossufo Momade, que continuam a promover a paz e reconciliação, através

das suas acções.

De acordo com o Enviado pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas para Moçambique e Presidente do Grupo de Contacto, passados três anos desde a assinatura do Acordo de Maputo a sua implementação continua a revelar resultados positivos.

"Até à data foram desmobilizados 3.558 ex-combatentes (156 mulheres, 3402 homens), representando 68% do total, e 12 das 16 bases foram encerradas de forma permanente", apontou, acrescentando que espera-se, contudo, que até finais de 2022 o processo de desarmamento e desmobilização

Em Outubro próximo

Moçambique estreia no clube dos produtores de gás natural

A partir de Outubro próximo Moçambique vai, segundo o Presidente da República, conquistar um espaço no mercado energético global, ao tornar-se no primeiro país da costa oriental de África a produzir e exportar Gás Natural Liquefeito (LNG), através do Projecto Coral Sul FLNG. Falando na abertura da Reunião de Negócios da Agenda Africana da Comunidade dos CEO's (PCAs e Directores Executivos), vindos do Continente Africano e do Mundo, Filipe Nyusi fez saber ainda que estimativas oficiais indicam que a produção inicial do LNG deverá contribuir com mais 1.1 por cento no PIB nacional, em 2023, e com valores superiores nos anos de 2024 e 2025.

Co-organizado pela Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) e pela AMBROSETTI, uma organização italiana que promove negócios entre parceiros europeus e de outras regiões do mundo, o evento serviu de rampa para o Governo moçambicano atrair investimentos para as quatro grandes áreas definidas como prioritárias, designadamente a agricultura, transportes, logística e comunicações.

Por isso, o Chefe de Estado assegurou que a situação de segurança está controlada e as Forças de Defesa e Segurança, juntamente com os parceiros da SADC e do Ruanda, já conseguiram expulsar os terroristas das zonas que haviam ocupado.

Este facto, de acordo com Filipe

Nyusi, tem propiciado o regresso das populações às suas zonas de origem, tendo anunciado, perante os gestores de topo das grandes empresas do Continente Africano e do Mundo, que o Governo pretende promover o desenvolvimento industrial baseado no gás natural, com destaque para investimentos na produção de electricidade, gás de cozinha, indústria petroquímica e de fertilizantes, e dessa forma diversificar e transformar a economia moçambicana, e, ainda, gerar postos de trabalho e trazer benefícios para a segurança alimentar.

Neste contexto, Filipe Nyusi desafiou os gestores de topo das grandes empresas, que desfilaram quinta-feira em Maputo, a garantir a viabilidade

seja concluído, com maior ênfase na reintegração e reconciliação, em 2023.

"O progresso nestas áreas será fundamental para a consolidação da paz e exigirá esforços colectivos de todos os intervenientes na sociedade. Todos nós beneficiamos da paz, pelo que todos temos um papel a desempenhar. Ao longo dos últimos anos, Moçambique tem estado na liderança da promoção de soluções africanas para os problemas africanos", apelou Mirko Manzoni.

Observou na sua mensagem que esta abordagem orientou o Governo, as Nações Unidas e todos actores que integram o Grupo de Contacto na implementação do Acordo de Maputo, e, mais recentemente, na resposta do país às questões de segurança no Norte de Moçambique.

Face a estes sucessos, o Enviado pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas para Moçambique e Presidente do Grupo de Contacto recordou que em Junho deste ano, Moçambique foi eleito, pela primeira vez, como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para um mandato de dois anos, com início em 2023, tendo recebido o apoio unânime dos outros Estados-membros. "Moçambique tem, agora, uma plataforma global para partilhar as suas experiências na construção da paz e da segurança. Saudamos o país pelos progressos e sucessos alcançados ao longo dos últimos três anos. As Nações Unidas continuam empenhadas na construção de um futuro de paz e prosperidade para todos os moçambicanos", destacou Mirko Manzoni.

RECUPERAÇÃO ECONÓMICA

Por outro lado, o estadista moçambicano classificou o momento actual como sendo crucial e marca a recuperação económica depois do período da pandemia da Covid-19.

Em jeito de demonstração, Filipe Nyusi anunciou que a economia moçambicana registou durante ▶

Presidente Nyusi alerta perigos do planeta

O Presidente da República e anfitrião da Conferência Regional sobre o Maneio Sustentável e Integrado da Floresta do Miombo, realizada quinta e sexta-feira da semana passada, na capital do país, sob o lema “Por uma gestão sustentável e integrada do Miombo na construção de resiliência às mudanças climáticas e protecção do Grande Zambeze”, alertou que não existe um planeta “B”, alternativo para a sobrevivência humana e para sobrevivência das gerações futuras. “Temos que trabalhar juntos para enfrentar a maior das ameaças da Humanidade. Temos de agir agora para proteger as florestas do Miombo, através de práticas sustentáveis e soluções baseadas no ecossistema”, apelou Filipe Nyusi.



Chefe do Estado Moçambicano alerta para o perigo das mudanças climáticas

HERMÍNIA MAHUMANE

Email: hmahumane@gmail.com

Neste evento de dois dias participaram membros do Governo de Moçambique, representantes de alguns países da SADC, tais como Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Namíbia, Zimbábue, Zâmbia, Malawi, Tanzânia e África do Sul, bem como diferentes individualidades provenientes de instituições académicas e de pesquisa da região, parceiros de cooperação, representantes de partidos políticos, de organizações da Sociedade Civil e líderes comunitários.

O objectivo principal era a partilha de informação sobre o estado actual deste recurso florestal e identificar oportunidades para a implementação de acções conjuntas, coordenadas e integradas no que concerne a sua gestão, monitoria, controlo e conservação, a par da protecção do Grande Zambeze, como uma das formas seguras de mitigação dos efeitos negativos sobre os ecossistemas da região, causados pela pressão humana e pelas

mudanças climáticas.

Para o efeito, a conferência, que decorreu em formato híbrido, presencial e virtual, debateu matérias ligadas à “Governança- Vulnerabilidades e Oportunidades”; “Miombo e Mudanças Climáticas” e “Comércio- Ameaças e Oportunidades”.

Discursando no encerramento do evento, o estadista moçambicano referiu que o lema escolhido representa o compromisso colectivo no maneio sustentável do Miombo, com foco na concentração, alinhamento e partilha de conhecimento em todas as suas vertentes.

“Dizer que as florestas são pulmões verdes do Planeta Terra significa que as florestas são o garante da nossa vida, elas são a fonte de múltiplos e transversais benefícios económicos, sociais e ambientais ou ecológicos para as nossas comunidades”, realçou Filipe Nyusi.

Falando da importância da floresta do Miombo, o Presidente da República indicou que ela protege as bacias hidrográficas e evita inundações por armazenar água dos caules e nos solos.

Acrescentou ainda que o Miombo é rico em biodiversidade, mitiga as mu-

danças climáticas e sequestra o carbono através do processo de fotossíntese, e mitiga as emissões de gases com efeito de estufa, associadas à desflorestação que constituem a segunda maior causa.

Apontou ainda que a floresta do Miombo reduz os conflitos homem-animal, garante o acesso dos animais aos alimentos silvestres e à água, sem entrar em contacto com as pessoas e as machambas.

“As ameaças decorrentes das mudanças climáticas são inegáveis, os choques climáticos estão a desestabilizar as sociedades e aumentar as extensões, e Moçambique, como todos os países de África, tem estado entre os que menos têm contribuído para as mudanças climáticas e está entre os que mais sofrem com secas mais longas e cheias mais intensas”, observou o estadista moçambicano.

Por outro lado, o Chefe de Estado afirmou que só nesta parte do Planeta Terra as mudanças climáticas estão a levar ao aumento da insegurança alimentar, à escassez de água e à deslocação de pessoas em grande escala.

Contudo, Filipe Nyusi fez saber aos participantes da conferência que prevê-se

uma redução da precipitação na região da África Austral, como resultado da modificação completa do estado da biodiversidade, alertando que “se não forem tomadas medidas agora estima-se que, até 2050, 40% da floresta poderá ser perdida”, elucidou, para de seguida apontar que anualmente “estamos a perder mais de 1.7 milhões de hectares da área coberta por Miombo, e a informação que temos indica que 2.7 milhões de km² de superfície que o Miombo cobria nos últimos 15 anos reduziram para 1.9 milhões de km², por causa do mau uso e maneio sustentável”.

Neste contexto, Filipe Nyusi exortou aos países da região e do continente para a necessidade de renovar o compromisso colectivo com vista à promoção do desenvolvimento rural sustentável, através da conservação e gestão florestal, de agricultura e conservação da gestão da energia da biomassa e do ordenamento do território.

“O nosso grande desafio é de conciliar o nosso grande objectivo de promover o progresso e desenvolver os nossos poucos países de forma equitativa com os recursos disponíveis, e sustentar o ambiente ao mesmo

tempo; é possível proteger a flora e a biodiversidade”, frisou.

Como prova disso, o Presidente da República fez saber que entre 2010 e 2020 a América do Sul e África foram os continentes que mais florestas perderam, enquanto a Europa e algumas zonas do Continente Asiático registaram um aumento no mesmo período.

“Precisa-se desenvolver e aperfeiçoar as nossas políticas de estratégias de conservação, precisamos de políticas que encorajam a criação de empregos sustentáveis, que mobilizam investimentos privados, que incentivem e capacitem as comunidades locais para estarem atinadas no processo de promoção da sustentabilidade das florestas”, defendeu Nyusi, sublinhando que “os grandes guardiões das florestas do Miombo são as comunidades, porque o Miombo está com as comunidades, e as comunidades estão com a floresta do Miombo”.

Entretanto, o relatório mais recente da fauna do desenvolvimento da FAO e sobre o estado das florestas no mundo, em 2022, estima que as florestas cobram cerca de 31% da superfície terrestre.

◀ o primeiro semestre de 2022 corrente um crescimento positivo na ordem de 4.14 por cento.

“Este indicador confirma a tendência de recuperação económica iniciada em 2021, com um crescimento de 2.1 por cento, depois de uma contracção de 1.2 por cento, registada em 2020”, frisou o governante.

Este crescimento, de acordo com o Presidente da República, foi impulsionado pela dinâmica registada nos sectores de agricultura e pecuária, com um contributo próximo de 24 por cento; comércio e serviços, com um peso de 14.4 por cento; transportes, logística e comunicações com 9.6 por cento, enquanto a indústria transformadora teve um peso de 8.4 por cento.

A taxa de inflação média anual passou para 7.2 por cento em Junho deste ano, e isso, segundo o chefe do Governo, evidencia uma tendência crescente quando comparado com

5.7 por cento registados em 2021, correspondentes a cerca de 2.2 por cento acima do observado em 2020.

O Presidente da República anotou que a aceleração de preços justificou a evolução positiva da procura agregada no período pós-pandemia.

“Houve um crescimento do consumo, especificamente o aumento dos preços dos combustíveis e cereais, cuja tendência é influenciada pelos efeitos da guerra entre a Rússia e Ucrânia”, disse.

Face à conjuntura actual, o Presidente da República anunciou que o Governo moçambicano continua a empreender medidas de estabilização conjuntural que se traduzem na contracção da oferta da moeda pelo mecanismo da taxa de juro.

“Está em curso a implementação de um programa de gestão das finanças públicas e reformas do sistema monetário e financeiro, no quadro do acordo com o FMI, em vigor”, referiu, para de

seguida indicar que Moçambique possui um enorme potencial económico como destino de investimento externo nos sectores de agricultura, pecuária, processamento e logística.

O investimento em causa, sustentou, é impulsionado pelo sistema ferroviário, pela edificação de infra-estruturas de geração de energia, pelo desenvolvimento da rede de estradas e pontes, assim como do sector do turismo e pescas.

Referiu igualmente que na região da SADC e no Continente Africano tem sido destacado o papel de Moçambique na construção da cadeia de valor, numa perspectiva de bloco económico da SADC, nas vertentes logísticas multimodal e no fornecimento da energia eléctrica, que se afiguram cruciais no processo da industrialização e na concretização da integração económica continental.

No âmbito das energias mais limpas, o estadista moçambicano desta-

cou o programa de leilões de energia renováveis, designadas Proler, marcado pela entrada em funcionamento, desde 2018, da Central Solar de Mocuba, na província da Zambézia, com capacidade de 30 Megawatts, e pela Central de Metoro, em Cabo Delgado, com capacidade de 25 Megawatts.

A médio e longo prazo, Moçambique pretende levar a cabo o projecto hidroeléctrico de Mpanda Nkua, actualmente em fase de reestruturação e estudo, que se apresenta como grande oportunidade de investimento, face à dinâmica do mercado de investimentos na região e do continente.

Por sua vez, o presidente da ACIS, Luís Magaço Júnior, disse que o evento, além de atrair investimentos, colocou Moçambique na rota dos principais negócios em África.

“Para a ACIS, a realização deste encontro é um passo importante para a recuperação da economia moçam-

bicana que sofreu vários choques, desde a ocorrência dos ciclones Idai e Kenneth e, recentemente, a eclosão da pandemia da Covid-19. Acreditamos que a partir deste evento surgirão novos investimentos em Moçambique, assim como novas parcerias de negócios”, afirmou Luís Magaço Júnior.

Refira-se que a ACIS é uma associação empresarial que representa cerca de 400 pequenas, médias e grandes empresas, de todos os tamanhos e sectores, que actuam no território nacional. A sua missão consiste na promoção, apoio e protecção dos interesses empresariais e de negócios dos seus membros, de forma particular, e das empresas que operam em Moçambique no geral.

Na reunião, Moçambique esteve representado por 12 CEOs das grandes empresas, que constituem as quatro grandes áreas definidas pelo Executivo como prioritárias para colocar o país na rota do desenvolvimento.

DESTAQUE

Ganância assassina activismo social

Quando as OSC assaltam o campo político

- Entre os "maestros da confusão" instalada na política, Adriano Nuvunga, líder do CDD, é dos rostos mais visíveis, cujas acções se evidenciam mais em política, onde aparece sempre a desferir golpes contra os governantes, no lugar de reportar as acções levadas a cabo pela organização que dirige

- Analistas políticos entendem que, para o assalto do campo político, além da ganância dos representantes das Organizações da Sociedade Civil, as fragilidades dos partidos da oposição na monitoria e controlo do poder têm sido determinantes

- Edson Cortez, director do CIP, defende que "a política não pertence apenas aos políticos", acrescentando que "os políticos foram escolhidos para representar o povo, e se o povo achar que não está a ser bem representado é lógico exigir explicação"

Muito conhecidas pela sua pujança na mobilização em nome dos mais desfavorecidos, as Organizações da Sociedade Civil (OSC), assumidas como aquelas que se encontram separadas do Estado e que trabalham dentro do espírito do voluntarismo para resolver certas carências da população, incluindo a promoção dos seus direitos, têm ultimamente surpreendido pela negativa, ao trocar o activismo social pela política, prenunciando um verdadeiro assalto ao campo político. O objectivo, como se pode adivinhar, é depor o regime detido pela Frelimo, desde a Independência nacional, numa empreitada amplamente financiada pela Suíça, dois anos após o sumiço do programa AGIR, que chegou a gerar um nervosismo no seio de aproximadamente 60 OSC moçambicanas, que dependiam dos fundos do AGIR para o seu funcionamento.

MIGUEL MUNGUAMBEEmail: mmunguamb@yahoo.co.mz

Como se sabe, as Organizações da Sociedade Civil são formadas por membros da sociedade para proteger e/ou realizar seus interesses. Elas existem há vários anos, mas só nos dias de hoje o movimento associativo cresceu quantitativamente, transformando-se numa verdadeira "indústria" que movimenta biliões de meticais, isenta de impostos sobre o rendimento.

Mas o marco mais importante do surgimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) foi quando se adoptou a Constituição de 1990 e a subsequente Lei número 8/91, dois instrumentos legais que, pela primeira vez em Moçambique, permitiram aos cidadãos, querendo, organizarem-se e constituírem organismos da sociedade civil, desde que os objectivos que enunciem sejam lícitos e possíveis.

É dentro deste prisma que o país conta agora com muitas organizações de carácter cultural, religioso, sócio-recreativo, organizações de provisão de serviços de advocacia, entre outras.

No leque dos factores que ditaram o seu surgimento figura, entre outros, a necessidade de proteger os direitos e liberdades dos cidadãos e satisfazer as suas necessidades básicas.

A governação democrática, vigente no país, terá ainda contribuído para a mobilização dos cidadãos moçambicanos a assumirem a necessidade de cada vez mais participar nos processos de desenvolvimento do seu país, a necessidade de estabelecer maior con-



Adriano Nuvunga, do CDD

tacto com o mundo exterior, que abre aos moçambicanos novos horizontes e experiências antes não conhecidos e sua réplica pelo país.

Da necessidade de resolver os problemas dos cidadãos moçambicanos, concretamente os mais carenciados, nasceu o problema da ganância pelo poder, havendo já no seio da "Sociedade Civil" alguns representantes que confundem o activismo social com a política, prenunciando autêntico assalto ao campo político.

É que já não são os verdadeiros políticos que fazem a política, mas as Organizações da Sociedade Civil, que nesta sua nova empreitada aproveitaram-se das fragilidades dos partidos políticos, que em mais de 30 anos do multipartidarismo continuam a funcionar como cogumelos, aparecendo apenas em épocas eleitorais.

Exemplos de líderes gananciosos e/

ou "maestros da confusão" entre o activismo social e a política nacional são vários, com tendência de assumir contornos assustadores, porque cada vez que se assiste à transformação de um activista social em político é uma perda para a "Sociedade Civil". Aliás, foi assim que Salomão Muchanga, antigo líder do Parlamento Juvenil (PJ), perdeu o protagonismo como activista social, estando agora a actuar como político e líder de um novato movimento partidário denominado Nova Democracia (ND).

Entre vários exemplos de "maestros da confusão" instalada na política nacional, Adriano Nuvunga, líder do CDD, é dos rostos mais visíveis, cujas acções se evidenciam mais em política, onde aparece sempre a desferir golpes contra os governantes, no lugar de reportar acções levadas a cabo pela organização que dirige.



João Pereira, da Fundação MASC



Edson Cortez, do CIP

Os ataques ao regime são feitos de várias maneiras, onde Nuvunga, com recurso a várias plataformas e aos organismos que dirige (sendo ele também coordenador do Fórum de Monitoria do Orçamento-FMO), incluindo ainda o "Espaço de Comentários", que lhe é dado por algum órgão televisivo nacional, joga-sujo e age de má-fé contra a sociedade, criticando de forma incisiva a governação da Frelimo, numa perspectiva de depor o regime que lidera os destinos dos moçambicanos desde a Independência nacional, passam 47 anos.

No lugar de intensificar os ataques contra o regime, entendem analistas políticos, Nuvunga devia se preocupar com o trabalho que levou à criação da organização que dirige, o CDD, sobretudo a implementação do seu Plano Estratégico 2020-2024, que assenta em pilares como Democracia e Direitos Humanos; Liderança da Juventude

e Justiça Económica.

É disso que o PÚBLICO, na tarde da última sexta-feira, tentou entabular numa conversa telefónica sobre o assunto com o activista social Adriano Nuvunga, que, por sua vez, não colaborou, evocando doença. "Não vamos conversar porque estou muito doente. Agora mesmo que estamos a falar estou a fazer bafo", disse Nuvunga, desligando-se do Jornal.

Para o assalto do campo político, referem os analistas, para além da ganância de alguns representantes das OSC, as fragilidades dos partidos da oposição para o exercício da monitoria e controlo do poder têm sido determinantes, incluindo também a contínua necessidade de satisfazer graves carências que os cidadãos experimentam, principalmente nas zonas rurais, onde as OSC são desafiadas a intensificar a sua actuação.

POLÍTICA NÃO PERTENCE AOS POLÍTICOS

O PÚBLICO ouviu igualmente o pesquisador Edson Cortez, director do Centro de Integridade Pública (CIP), que deixou claro que "a política não pertence apenas aos políticos", acrescentando que "os políticos foram escolhidos para representar o povo, e se o povo achar que não está a ser bem representado é lógico exigir explicação".

Para Cortez, estaríamos a partir de um pressuposto errado ao assumir que a Sociedade Civil quando critica o Governo é porque está a fazer política. "A sociedade tem que fazer pressão ao Governo, ►

Publicidade

XAI-XAI

AGORA 2X POR SEMANA

➔ Voe de Maputo para Xai-Xai às Terças e Sextas-Feiras.

VOO COM CONEXÃO PARA CHIMOIO

Compre já
Lojas LAM
Agência de Viagens

Ligue
1737

Siga
@voelamm
@flylam.mz

Visite
www.lam.co.mz



A Comissão Política da Frelimo afirma que acompanha com satisfação as acções desencadeadas por Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da Frelimo e da República de Moçambique, no plano nacional e internacional, e regozija-se por continuar a honrar os compromissos assumidos perante os moçambicanos. Reunido na sua 74ª Sessão Ordinária, quarta-feira, na capital do país, o órgão apreciou o processo de implementação da Tabela Salarial Única (TSU) e encoraja o Governo a continuar na busca de soluções com vista a sanar as irregularidades no processo de enquadramento.

Como forma de elucidar a governação virada para resultados, a Comissão Política, dirigida por Filipe Nyusi, destacou a entrega de dois mil títulos de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) às populações dos postos administrativos de Kambulatsitsi e Benga, no distrito de Moatize, província de Tete, numa iniciativa presidencial denominada "Terra Segura", que tem como finalidade consolidar o sistema de administração e gestão da terra, único recurso que garante riqueza a todos os moçambicanos sem qualquer tipo de distinção.

Apontou ainda a inauguração, há dias, pelo Presidente da Frelimo e da República de Moçambique da uni-

Frelimo enaltece governação virada para resultados

- E insta a Polícia para reprimir a violação do Código da Estrada, como forma de travar a sinistralidade rodoviária, sobretudo na província de Maputo



Filipe Nyusi

dade de abate e processamento de carnes, Canefood, a maior no país e

uma das mais modernas de África, localizada na cidade de Tete.

Entretanto, na mesma 74ª Sessão Ordinária, a Comissão Política analisou a actual situação política, económica e sócio-cultural do país, tendo referido em comunicado de imprensa enviado à nossa Redacção que apreciou o processo de implementação da Tabela Salarial Única e encoraja o Governo a continuar na busca de soluções com vista a sanar as irregularidades no processo de enquadramento.

No mesmo diapasão, o órgão que orienta e dirige o partido no intervalo das sessões do Comité Central passou, de acordo com a nota de imprensa em referência, em revista a situação de sinistralidade no país, com particular destaque para a província de Maputo, e anotou com preocupação o elevado índice de acidentes de viação que provocam dor, luto e destruição de infraestruturas públicas e privadas.

E, como forma de travar a sinistralidade rodoviária, a Comissão Política

instou o Governo a reprimir as manifestações de inobservância da lei, ao mesmo tempo que se trabalha na elevação da consciência de cada automobilista de modo a que não conduza em estado de embriaguez, à alta velocidade, sob efeito de fadiga e outras irregularidades.

Contudo, a Comissão Política reafirma que reconhece o brioso trabalho das Forças de Defesa e Segurança, que travam sem tréguas e se esmeram na luta contra o terrorismo, e na defesa da nossa integridade territorial e soberania, saudando ainda o trabalho das Forças Locais, no Teatro Operacional Norte.

Na mesma senda, saudou as mulheres de todo o país por ocasião das celebrações do Dia da Mulher Pan-africana, enaltecendo o papel da mulher moçambicana e seu empenho na construção da Nação, que em cada fase histórica se deslumbra e se destaca através da participação activa em actos de patriotismo, no reforço da unidade nacional, na preservação da Paz, condições indispensáveis para o desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Por outro lado, a Comissão Política da Frelimo saúda o programa sobre o aleitamento materno, exortando as mães moçambicanas para fazerem do programa um momento de melhorar os níveis actuais de subnutrição nas crianças.



Sérgio Chichava, do IESE

« para que as coisas aconteçam, não devendo por isso ser vista como quem tenta se intrometer na política em função da sua atitude crítica, porque como ensinam-nos as ciências políticas, todos nós vivemos de política», sintetizou.

SERÃO AS OSC VOZ DO POVO?

Em Moçambique, as OSC são de natureza "sem fins lucrativos", mas gerindo avultadas somas em dinheiro, inclusive pagando subsídios a "voluntários", muito acima dos salários médios praticados na Função Pública. No entanto, não são submetidas ao escrutínio fiscal e público, havendo casos, e não poucos, em que as OSC enveredam por esquemas de corrupção e de gestão danosa e que degeneram em conflitos intra e inter-institucionais, levando com que os doadores fechem as "torneiras do dinheiro" e acontece a

falência de tais organizações.

Apenas para elucidar com recurso a alguns casos consumados, o PÚBLICO faz lembrar o desaparecimento de algumas organizações como a LINK, POWER, M'Beu, AMAC, a Liga dos Direitos Humanos, e, muito recentemente, o Parlamento Juvenil (PJ), entre muitas outras que muita gente já nem se lembra delas, mas que foram muito pujantes no país e ou junto de doadores.

As OSC, na sua maioria, segundo dados apurados pelo Jornal, nasceram de forma espontânea e dentro da necessidade de resolver carências específicas sentidas por um grupo de cidadãos, uma comunidade ou uma região. Elas usam as carências da população para mobilizar o financiamento, mas na hora de implementação dos projectos a população já não é chamada para os benefícios.

Acredita-se que tenha sido essa hipocrisia, em combinação com a falta de transparência na gestão de fundos doados, que levou ao abandono, em 2020, do programa AGIR, que financiava o barulho das OSC.

Muitas organizações nacionais, conforme dados apurados no terreno, empregam mão-de-obra intensiva e, quando aparecem em público, tentam dar uma imagem de serem organizações sem "fins lucrativos", mas movimentando biliões de meticais e a pagar salários milionários aos seus colaboradores.

Igualmente, o PÚBLICO constatou que muitas destas organizações se baseiam mais nas zonas urbanas e raramente se fazem sentir nas zonas rurais, onde reside a maior parte da

população que muitas vezes aparecem a dizer-se representar e defender.

Estas são organizações que publicamente advogam pelos mais pobres, mas na prática vão resolvendo mais os seus próprios problemas, empregando familiares, amigos, e até "amantes" das suas lideranças, e atribuindo-se-lhes salários invejáveis comparativamente até aos pagos por algumas grandes empresas privadas locais.

Um aspecto característico destas organizações é que raramente são geridas de forma profissional, estando sempre dependentes de doadores, e uma vez esgotados os fundos de ajuda, se não se lhes dá mais dinheiro desaparecem do mercado sem deixar rastros.

Neste momento, a Cooperação Suíça é o maior financiador da "Sociedade Civil", em Moçambique, depois de nos últimos dois anos ter sumido



Policarpo Tamele, da ADE

do país o projecto AGIR, que financiava cerca de 60 organizações.

Das organizações abrangidas pelo financiamento da Cooperação Suíça, destaque vai para o CIP, o CDD, a Fundação MASC, de João Pereira, e o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), comandado por Sérgio Chichava.

Refira-se que no conjunto das quatro organizações acima indicadas, as três últimas estão a beneficiar de um financiamento da Suíça na ordem de 10 milhões de dólares americanos, no âmbito do programa de coesão social em Cabo Delgado, cujo impacto é pouco conhecido na sociedade moçambicana.

Policarpo Tamele, líder da Agência de Desenvolvimento e Empreendedorismo (ADE), o braço económico da Aro Moçambique, defende que as Organizações Não-Governamentais (ONG), ou grupos da Sociedade Civil, não devem simplesmente criticar as acções do Governo, mas sim apoiar na realização de acções complementares, com impacto sustentável nas comunidades carenciadas.

Para o caso da ADE, avança Tamele, a aposta está voltada à incubação e inovação agrícola, como uma abordagem e metodologia eficaz para a modernização da agricultura, através de desenvolvimento de habilidades e capacitação profissionalizantes, como forma de promover o empreendedorismo e a geração de renda, melhorar as cadeias de valor agrícolas e aumentar a produção e produtividade.

No âmbito deste desafio, acrescenta, a ADE, em parceria com o Governo da Província de Manica, capacitou 437



Hermenegildo Mulhovo, do IMD

jovens em Agro-empendedorismo e inovação agrícola, no quadro da implantação da Incubadora de Báruè, em Manica.

Refere ainda que cerca de 113 pequenos agricultores estão directamente envolvidos na produção agrícola àquele nível de distrito em Manica, tomando-se em pequenos e médios empreendedores na cadeia de valor agrícola, graças ao projecto da ADE implantado nas províncias de Manica, Tete, Zambézia e Maputo.

Outro exemplo digno de realce é reportado ao Jornal a partir do Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), uma organização representada por Hermenegildo Mulhovo, que actua no fortalecimento do sistema democrático em Moçambique, através de assistência aos partidos políticos, assistência às instituições democráticas e promoção da cidadania.

OPINIÃO

Editorial O saboroso suco dos frutos da paz

Último sábado, o país parou para assinalar a passagem do terceiro ano da assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, o rastilho que veio criar as condições necessárias para o resgate da estabilidade, que desde a nossa Independência, alcançada em 1975, conheceu vários momentos de desconforto e descontinuidade.

Hoje, três anos depois do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, podemos afirmar seguramente que a política venceu o abismo da divisão e da violência, que ao longo dos anos vinha provocando mortes e destruição de importantes empreendimentos sociais e económicos, colocando o seu povo em pólos antagónicos.

A celebração deste episódio torna-se mais emocionante, ainda, porque traz à memória de muitos moçambicanos o saudoso Afonso Dhlakama, antigo líder da Renamo, com quem o Presidente da República, Filipe Nyusi, iniciou as negociações para a Paz, um ano depois de assumir o poder. No entanto, Dhlakama não esperou o suficiente para saborear esta Paz, tendo perdido a vida por doença, na Serra de Gorongosa, um ano antes da assinatura do acordo.

Neste momento de reflexão pela

passagem do terceiro ano do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, é importante recordar aos moçambicanos que antes deste o país conheceu outros acordos, no total cinco, a começar pelo Acordo de Lusaka, assinado em 7 de Setembro de 1974, que pôs termo ao regime colonial e fascista português, e criou as bases para a nossa Independência. A eclosão, em 1977, do conflito armado que durou 16 anos obrigou o Estado a procurar caminhos para a Paz, tendo para tal assinado o Acordo de Nkomati, em 1984, com vista a assegurar a boa vizinhança (entre Moçambique e África do Sul), enquanto internamente se avançava com a cartilha da Paz.

Trinta anos depois, lembremo-nos ainda dos Acordos Gerais de Paz (AGP), assinados em Roma, em 1992, pondo fim ao conflito armado, na altura envolvendo as forças governamentais e guerrilheiros da Renamo.

A implementação do AGP trouxe transformações de relevo na sociedade moçambicana, no que tange à organização do Estado, Constituição da República, estruturação, organização e composição das Forças Armadas. Introduziu o processo de

realização de eleições regulares, de cinco em cinco anos, para a escolha do Presidente da República e dos deputados da Assembleia da República. Criou condições para a introdução de critérios e modalidades para formação e reconhecimento de partidos políticos.

Infelizmente, ao cabo de pouco mais de 20 anos de Paz, registaram-se de novo desentendimentos de natureza política, que acabaram desembocando num outro conflito armado, causando muitas mortes e destruição de importantes empreendimentos sociais e económicos. Para acabar com este conflito, foi assinado a 05 de Setembro de 2014 um Acordo de Cessação de Hostilidades, em Maputo, convencidos de que era a última vez.

Mas o tempo veio provar que não foi o último, uma vez que um ano depois as divergências pós-eleitorais se agudizaram, culminando em novo conflito armado.

Das lições apreendidas ficou evidente que a Paz efectiva e duradoura é uma construção que exige muito esforço e empenho permanentes. A Paz efectiva implica, no nosso entendimento, a eliminação dos factores que alimentam o conflito, a organização

do Estado que satisfaça a todos, e a promoção de uma vida melhor para todos, um exercício que envolve a participação de todos.

A construção da Paz, na nossa óptica, requer respeito pelo primado da lei e a necessidade de os cidadãos, os partidos políticos e outras forças da sociedade desenvolverem as suas actividades sem recurso à violência, mesmo em situações de divergência de opiniões sobre determinados assuntos.

O processo de implementação do Acordo Geral de Paz deixou a lição de que tinha que se reintegrar os ex-combatentes, de modo a eliminar a vontade de se envolverem em conflitos.

Por isso, quando se assinou o Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, a 06 de Agosto de 2019, o que mais se fez foi acelerar o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), o qual, até aqui, já abrangeu pouco mais de 3.500 ex-guerrilheiros da Renamo, de um total de 5.221.

Das 16 bases da Renamo que existiam em todo o território nacional,

apenas quatro aguardam pela sua desactivação, havendo já frescas informações dando conta de que estas serão desactivadas até Dezembro deste ano, sendo que a última a encerrar será a da Serra de Gorongosa, o bastião da Renamo. No entanto, prevalecem ainda outros focos de ataques armados, promovidos por grupos terroristas, onde todos nós somos chamados a ser vigilantes, denunciando todos os suspeitos, a partir de cada bairro, residência e/ou local de trabalho.

PS: Outro marco importante da última semana foi a Conferência Regional sobre o Maneio Sustentável e Integrado da Floresta do Miombo, que se realizou na capital moçambicana, sob o lema "Por uma gestão sustentável e integrada do Miombo na construção de resiliência às mudanças climáticas e protecção do Grande Zambeze". No encontro, o estadista moçambicano, Filipe Nyusi, alertou para o perigo do planeta e apelou para a sua preservação, sobretudo por ser o nosso habitat e fonte de sustento.

O Canhão



RUI DE CARVALHO (JORNALISTA)
E-mail: r823812091@gmail.com

As avós são as mães dos nossos pais ou das nossas mães. Desde os primórdios da existência do Homem na Terra, as avós cuidaram dos netos quando os pais estão ausentes, doentes ou falecidos. Com a evolução das sociedades esta realidade reduziu. As avós começam a ser pessoas cada vez mais ocupadas, maldosas e até discriminadoras. Trabalham até a uma idade

Avós que discriminam os netos!

superior a 80 anos. Já não tomam conta dos netos como antigamente. É a evolução da sociedade, no meu ver. Mas nem com isso quer dizer que todas agem de igual modo. No campo ainda podemos encontrar boas avós.

Mas esse não é o problema. O problema surge quando as avós discriminam os netos. Quando dão tratamento diferente aos netos. É normal que alguém tenha filhos com sortes diferentes em termos financeiros. Isto é, alguns filhos com bons rendimentos mensais e outros não. Os tais folgados. E outros com renda baixa, os txonados.

Os filhos folgados dão às mães netos também folgados, enquanto os filhos txonados dão às mães netos que vivem à rasca. Esta diferença costuma determinar o tipo de tratamento que algumas avós dão aos netos. Tratam melhor os netos folgados e maltratam os netos pobres.

Vovós, *bassopa*, a vida dá voltas. Tratem todos os vossos netos com o mesmo carinho e atenção. Estes netos um dia vão crescer, e aqueles que hoje sofrem, amanhã podem ficar folgados,

e os que hoje são folgados amanhã podem cair em desgraça.

E quando já estiverem velhas demais, aqueles netos que sempre foram bem tratados não vão ter tempo nem dinheiro para vos cuidar da saúde. Nessa altura vão precisar da ajuda dos netos que andaram a maltratar. Imaginem então que tratamento eles lhes vão dar... Vão os tratar da mesma forma que vocês lhes trataram quando eram pequeninos e pobres.

Os filhos das vossas filhas são iguais aos filhos dos vossos filhos. Há avós que tratam melhor os filhos das suas filhas e ignoram os filhos dos seus filhos. Alegam que há certeza de que os filhos das filhas são netos de certeza, enquanto os filhos dos filhos podem ser filhos de um outro homem.

Cuidado vovós, isso um dia vai virar contra vocês. Netos são netos, ponto final. Evitem inventar problemas onde não existem. Se continuarem assim correm o risco de ninguém vos enterar. Hão-de ir parar na vala comum.

Até a próxima!

Ficha Técnica

Público

SOCIEDADE NOVO RUMO, LDA
Reg. 040/GABINFO-DEC/2008
Rua Largo de Minho nº 227 R/C (Bairro da Malhangalene)
Maputo-Moçambique
Telefax: 21415606

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente:

Rui de Carvalho - Cell: 84 38 12 091
E-mail: r823812091@gmail.com

ADMINISTRADORES:

Rui da Maia e Ernesto Langa

DIRECTOR:

Rui de Carvalho - Cell: 84 38 12 091

EDITOR:

Miguel Munguambe - Cell: 82 895 9407
Email: mmunguamb@yahoo.com.br

CHEFE DA REDACÇÃO

Anselmo Sengo - Cell: 84 674 1564
Email: sengoans@yahoo.com.br

REDACÇÃO:

Miguel Munguambe e Anselmo Sengo

CORRESPONDENTES:

Jorge Malangaze (Sofala), Benedito Cobrissua (Manica)

COLABORADORES PERMANENTES:

Benjamim Alfredo, Rui da Maia, Santos Moisés e Gerson da Silva

REVISÃO:

Ivan Levy

DISTRIBUIÇÃO

Riquelmo Lourenço - Cell: 87 918 5461

PUBLICIDADE & MARKETING

Hélia Mucavele - Cel: 84 279 8394

MAQUETIZAÇÃO, PAGINAÇÃO & FOTOGRAFIA

Sansão Mazive - Cell: 84 482 6810 & 87 819 4600

E-mail: smazive@gmail.com

José de Carvalho - Cell: 85 076 5940

ADMINISTRAÇÃO & FINANÇAS

Chefe: Sansão Mazive - Cell: 84 482 6810 & 87 819 4600

IMPRESSÃO:

Sociedade Notícias S.A | Matola - Moçambique

Jornal Público

Assinatura 2022

Entrega ao domicílio

Ano/Mtn	Semestral	Trimestral
4.200,00	2.200,00	1.500,00

Sapiência



BENJAMIM ALFREDO (PhD)
E-mail: ba@balfredo.com

O que fazer? Antes de mais é necessário haver forte ambição, uma vontade declarada e séria sobre a industrialização, e aceitar-se que muito ainda falta por fazer e que este é de facto um sector fundamental para o desenvolvimento económico do nosso país.

A seguir segue a nossa contribuição, baseada em algumas acções que poderiam ajudar a implementar um projecto de industrialização capaz de ser atractivo e de interesse para quem de facto está no sector industrial, ou que quer enveredar por este sector e pretende vê-lo a desenvolver em Moçambique. Certamente que não é possível esgotar tudo numa folha, pois reconhece-se que o processo de industrialização não é linear, e muito menos simples, pois requer muito dinheiro, sacrifício, trabalho e dedicação. Mas vale a pena enveredar pela industrialização do que passamos todo o tempo a lamentar e a nada fazer de concreto, senão reuniões, seminários e workshops, e, no fim, projectos e mais projectos que não produzem nenhuns resultados.

Se alguém sabe onde se acha depositado o PPI- Plano Prospectivo e Indicativo de 1980 seria bom que mandasse ler para se compreender as linhas de orientação sobre o que o país pretendia nessa época. Não pretendemos ser saudosistas, mas vale a pena ler um documento feito por moçambicanos imbuídos de um espírito

patriótico e com vontade de tirar o país da pobreza e dependência externa com poucos recursos financeiros.

Muitos da minha geração participaram na feitura desse maravilhoso documento. Infelizmente, a guerra de desestabilização não permitiu a sua concretização, mas o espírito de desenvolvimento está lá e a indústria em peso. O famoso PPI deve ainda estar arquivado algures. Eis as contribuições:

1^o- Divulgação ampla da Política e Estratégia Industrial vigente. A divulgação ampla pretende significar dar a conhecer publicamente, através dos órgãos de comunicação social no geral, as linhas gerais principais que orientam a referida política, e solicitar-se opiniões sobre a validade e sustentabilidade da mesma, bem como as contribuições para o seu enriquecimento. Não basta a entrega do documento somente às associações empresariais, mas sim a todos os interessados.

2^o- Promover a discussão de uma reforma legislativa da Política Industrial baseada em objectivos fundamentais e concretos, indicando-se o período da sua implementação e os efeitos desejados. Neste caso, seria correcto dividir a política em duas partes: uma referente às linhas gerais e outra indicando os sectores-chave de *chameira* que podem servir de alavanca para catalisar outros sectores afins.

3^o- Inquirir as direcções das empresas industriais existentes sobre o tipo de preocupações actuais que enfrentam e demandas na realização das suas actividades.

4^o- O projecto da nova Política Industrial deve tomar em conta a legislação referente ao sector industrial no seu todo, ou seja, aglutinar os dispositivos legais que tomam exequível a Política Industrial em Moçambique. Tal instrumento poderia se considerar de *bíblia de condicionamento industrial moçambicano* e consistiria num docu-

mento único, onde as linhas gerais e específicas sobre a industrialização estariam descritas, o que permitiria que os interessados tomassem conhecimento prévio sobre o que se deve e como fazer, bem como outras obrigações administrativas inerentes, para se obter o licenciamento da actividade industrial em Moçambique e os incentivos fiscais e aduaneiros, entre outros.

É imperioso compatibilizar a legislação dispersa com o referido instrumento, como forma de se evitar interpretações díspares, por exemplo a legislação aduaneira em vigor e o instrumento sobre a indústria transformadora.

5^o- Clarificar a terminologia técnica sobre diversos aspectos inerentes à indústria, nomeadamente o que se considera peça, máquina, matéria-prima, etc, etc.

Para o efeito, é necessário verificar se tal terminologia colide ou não com a constante na pauta aduaneira e no tal documento sobre a indústria transformadora. A participação dos industriais nesta matéria é fundamental e imprescindível.

Outrossim, deve-se promover a reforma da legislação aduaneira e o instrumento legal sobre a indústria transformadora, para se acomodar a terminologia correcta.

Se o instrumento legislativo a adoptar é a Lei de desenvolvimento industrial, então o mesmo deve ser aprovado pelo Conselho de Ministros e remetido à Assembleia da República para a sua análise, debate, aprovação e transformação em lei, e sua publicação no BR.

O Governo poderá, de acordo com a delegação de poderes pela Assembleia da República, proceder, através de Decreto, à regulamentação de tal lei, para lhe conferir os aspectos de materialização necessários e eficazes para a sua adequada implementação.

6^o- O órgão que tutela a indústria deve considerar este exercício como prioridade máxima e desenhar a *matriz* de efectivação dos passos que

possam conduzir à aprovação, o mais rapidamente possível, da Política e Estratégia Industrial, abarcando os elementos necessários para a sua efectivação plena.

Como se disse atrás, a nova Política Industrial deve indicar durante quanto tempo pretende impulsar a industrialização, por exemplo, num período de 5 ou 10 anos, e, deve-se indicar com clareza os benefícios durante esse período e as consequências em caso de incumprimento das obrigações pelos interessados em instalar as suas indústrias no país.

O mesmo instrumento poderá prever a alteração de condições quando se achar necessário, devendo tal ficar claro em que circunstâncias.

7^o- Enquanto se aguarda pela aprovação da nova Política Industrial, o Governo devia, pelo menos, ir registando as preocupações dos industriais que não se esgotam na CTA ou outras associações sócio-profissionais, e dar o devido encaminhamento célere, sem prejuízo do efeito impulsivo que se pretende dar ao surgimento de novas indústrias.

Pretende-se dizer que as decisões ao nível da tutela e de outros órgãos afins à indústria devem ser analisadas e decididas em tempo útil e oportuno quanto às preocupações que lhe forem ou são apresentadas.

8^o- Das visitas que amiúde são feitas por alguns dirigentes do Poder Executivo a algumas unidades industriais devia-se produzir um documento (relatório de visita), dando a conhecer o nível de percepção dos problemas colocados e perspectivas efectivas de os mesmos serem atendidos em tempo útil. Uma resposta célere é sempre bem-vinda.

Sabido que na indústria *tempo é dinheiro*, não se pode prometer ou dar alguma resposta ou solução de um problema num prazo indefinido.

9^o- Claramente que a política fiscal

e monetária, mormente de crédito, devem conhecer atenção especial no âmbito do projecto de industrialização, pois a proliferação de impostos, taxas e taxinhas, emolumentos, etc, e o crédito bancário caro, não contribuem positivamente no processo da industrialização do país. A indústria transformadora sofre muito com o efeito nocivo da actual pressão fiscal no país e com as taxas de juro bancário muito altas.

Costuma-se dizer que a *indústria é como uma panela onde a fervura às vezes coze menos e nada se consegue fazer*. Os que estão na indústria sabem muito bem o que isso significa, pois é doloroso esperar por uma resposta. Aliás, o mais grave é chegar ao fim do mês e não ter dinheiro para pagar encargos fixos e comprar matérias-primas por causa das dificuldades que o sector sente, e nalguns casos não saber o que mais fazer. Mesmo assim, vale a pena apostar na indústria porque, como dizem as crianças, *anima, e de que maneira!*

Mesmo assim, é preciso que as coisas corram a contento.

10^o- As inspecções que têm sido feitas pelos vários órgãos de inspecção e fiscalização devem visar acima de tudo a educação no cumprimento das obrigações por parte dos industriais, e não uma forma de os penalizar. Por exemplo, por falta de um documento ou falta da sua afixação. Aliás, o incumprimento das obrigações é sanável sempre que se detecte uma situação anómala e poderá haver penalização em caso de recusa ou incumprimento propositado. Em muitos casos, a inspecção usa um processo sumário para penalização.

Finalmente, caso estas e outras ideias sobre a industrialização forem consideradas úteis e delas resultar uma acção enérgica e concreta por parte de quem de direito, certamente que muitas e mais contribuições surgirão e, podem crer, a *custo zero* para o país.

A industrialização de Moçambique

Mão na Massa



RUI DA MAIA (Gestor de Engenharia)
E-mail: damaia.rui59@gmail.com

Uma das maiores dificuldades dos operadores comerciais e industriais é lidar com os custos de produção. Quando estivermos a lidar com uma empresa que já tem uma longa experiência de produção torna-se extremamente difícil eliminar as restrições físico-financeiras

A engenharia e gestão dos custos de produção nas Pequenas e Médias Empresas (1)

que se herdaram do passado. Quando lidarmos com novos projectos esquecemos muitas vezes de incluir custos de entrada. Lutar contra a resistência dos antigos operadores e encontrar um lugar para o trabalhador exercer a sua actividade em condições de higiene, saúde e segurança, permitir que o trabalhador comunique com seus colegas e superiores sem ambiguidades, evitar que o trabalhador esteja sujeito a trabalho escravo, à fome e à chuva, tudo isso faz com que criar um posto de trabalho industrial em Moçambique custe no mínimo 300 mil meticais, no primeiro ano de actividade.

Criar um lugar de trabalho custa muito dinheiro ao investidor e muito pouca gente está ciente disso. É óbvio que aquele que começa um projecto a pensar que vai dar emprego aos 10 membros da sua própria família alargada vai ter que investir 3 milhões de meticais, antes de colher um único fruto da empresa. Este valor pode não ser aparente nos pareceres técnico-financeiros, mas vai fazer cair novos projectos.

Os custos de produção variam de sector para sector. Os custos de determinada operação industrial podem ser divididos em duas partes: **custos das matérias-primas e custos com o**

processamento industrial.

Os custos das matérias-primas: nenhum operador de restaurantes deve comprar peixe no mercado aberto, pois os seus custos de produção serão determinados pelos custos da matéria-prima no mercado. O nosso mercado está completamente desequilibrado porque tem muitos intermediários parasitários e oportunistas, que vão duplicando os custos cada vez que se imiscuem na cadeia comercial.

Eu produzia piri-piri e colocava-o no mercado do Zimpeto, a 25 meticais o quilograma. O revendedor que ficava com toda a minha produção o

revendia num ápice e à minha frente a 75 meticais o quilograma. Os revendedores que venderiam o piri-piri aos consumidores faziam montinhos e provavelmente ganhavam 100 meticais por quilograma.

Um operador comercial tem que comprar as matérias-primas na fonte e com base em acordos de longo prazo.

Veja-se outro exemplo: o preço da laranja no mercado pode hoje atingir os 10 meticais o quilograma (um monte de 5-6 laranjas no Xiquelene). Um operador que queira processar as laranjas industrialmente não pode comprá-las no Xiquelene.

OPINIÃO

Pensamentos Que Não São Meus

“África à espera dos cereais da Ucrânia?”



PEDRO FAELA (Mestre e Doutorando em Direito)
Pedrofaela@gmail.com

No início dos primeiros anos de estudos de qualquer criança, pelo menos da chamada “Pátria Amada”, foi aprendendo ou pelo menos ouvindo que África é berço da Humanidade. Me parece que até aqui foi consensual esta abordagem, parecendo também não ter existido ninguém que terá rebatido esta ideia de forma contrária.

Isto nos remete a pensar que só por ser berço devia fazer uso desse facto para ser igualmente berço da produção, sim, incluindo a produção de conhecimento e de cérebros, pelo menos no sector produtivo, para alimentar os seus. Afinal, foi o primeiro na existência, e em razão disso devia ser o primeiro na produção.

Igualmente, as crianças foram aprendendo (creio que foram e estão sendo informadas) que o Continente Africano foi colonizado por países cujos territórios são, em relação a cada um dos países colonizados, um pedacinho em termos de espaço territorial de pouca significância, por exemplo a província do Niassa, no caso de Moçambique, que engole, sem exagero, 10 vezes Portugal, sua potência colonizadora.

Até aqui não há problema pois o que colonizou foi a ideologia ou regime daquele país na época da coloni-

zação, não equiparável ao fenómeno territorial.

Ora, com este introito pretende-se tentar encontrar argumentos que fazem com que África: (i) Berço da Humanidade; (ii) possuir um extenso território em relação a alguns, senão quase todos os países do “velho continente” (donde veio a colonização); (iii) continuar a reivindicar ser colonizado.

Sim, continua a reivindicar ser colonizado, pois desde que eclodiu a guerra na Ucrânia, que a envolve com a Rússia, nos parece que o Continente Africano, em coro, pede que cesse a guerra entre os dois países com vista a facilitar a chegada de alimentos no continente berço, mesmo com tanto território, onde a produção poderia não ser colocada em causa, principalmente por causa da disponibilidade.

A diplomacia africana está tudo fazendo para que a guerra entre a Rússia e Ucrânia termine (até aqui é uma atitude lógica e de solidariedade), porém, o pedido não incide sobre as mortes que está a trazer (primeiro motivo), mas sim talvez porque está a trazer consequências alimentares no continente, em virtude da escassez ou falta de alimentos (não se consegue importar os cereais ucranianos e os respectivos insumos). Um paradoxo!

Paradoxo porque parece não fazer sentido que um continente como o africano, primeiro riquíssimo em terra arável, choramingar porque não está a receber cereais que vêm de “um distrito”, por exemplo de uma província de Moçambique. Até pode-se colocar a questão da mecanização, a questão dos fertilizantes

ou outros insumos de que o continente carece, ou ainda está aquém no que diz respeito à sua produção, principalmente em muitos países.

Grande desculpa esta, pois outros territórios onde se mecanizou ou a agricultura é mecanizada houve e há investimentos nesse sentido, os quais, primeiro, são na componente humana, ou seja, formar o homem em áreas agrárias ou outras concorrentes com vista a melhor produzir o conhecimento para resolver os problemas alimentares.

Depois do investimento na componente humana (criar pensadores) segue-se a componente de produção de tecnologia com vista a melhorar a produção, e em razão disso elevar-se a produtividade.

África devia sentir vergonha de estar a choramingar em resultado de os cereais e insumos ucranianos ou mesmo russos não chegarem ao continente, pois, como disse acima, tem capital humano (mão-de-obra abundante) e a própria disponibilidade da terra.

Lembre-se que, por exemplo, a Líbia criou rios em pleno deserto e provou que é possível produzir, alimentar o seu povo e vender. Então, o que pode estar por detrás da “grande esmola africana”? Falta de terra? Não! Falta de conhecimento? Talvez não! Falta de vontade? Igualmente, talvez não! Talvez seja necessariamente a falta de criação de políticas que possam incentivar o incremento da produtividade. As políticas, sim, essas é que deviam vingar e teriam a ver com: (i) incentivar os jovens a ter gosto na escolha de áreas de formação que concorreriam para a elevação ou

mesmo valorização de áreas produtivas, como é o caso da agricultura, tida como a base de desenvolvimento. Isto iria criar no seio do grupo-alvo o gosto pela terra. Aliás, ultimamente se tem verificado o chamado Êxodo Rural, onde até gente adulta não opta por trabalhar a terra, migrando do campo para os centros urbanos, onde se diz que vai à procura de melhores condições de vida, o que prova-se contrário em muitos casos, até porque agravam a sua condição, pois a cidade tem um nível de exigências em termos de provimento de emprego ou postos de trabalho; (ii) orientar as políticas agrárias, desde o financiamento ou subsídio para a área agrária, o que criaria condições para a almejada mecanização dos meios de produção.

Destarte, nos parece que África (alguns países, claro) ainda não entendeu da riqueza que tem, que é bastante abundante: a terra, incluindo cursos de água, diferentemente de alguns países asiáticos e europeus que não têm tanta terra disponível para produção, porém, aqueles até doam comida para o continente berço da Humanidade, como o caso do Japão, por exemplo.

Em relação à água, importa realçar que a que é fornecida pela Mãe-natureza sem nenhum esforço (a chuva) é totalmente desperdiçada por não existirem infra-estruturas para a sua retenção, para posterior aproveitamento, tanto na agricultura como em outros fins.

África, onde se situa a chamada “Pérola do Índico”, e não só, deve colher vantagens comparativas em resultado da guerra na Ucrânia (não somos apolo-gistas da guerra) para usar do que a Mãe-

natureza oferece e de forma gratuita (a terra), para mais produzir e em razão disso prover alimentos às suas populações.

A guerra em algum momento deve constituir algo que crie formas diferentes de pensar, embora naturalmente não seja desejável, contudo, quando esta houver, muitos devem procurar colher o que pode ser um ganho, como é o caso da guerra que envolve a Rússia e Ucrânia, onde se podia tirar proveito no que respeita à produção de alimentos (um grande desafio para África, e Moçambique em especial), embora se reconheça não ser de hoje para amanhã. Há que reduzir a dependência externa no que respeita à produção de cereais.

O “continente negro” deve sair da posição de pedinte (quem nos dá até pode se arrogar o direito de nos chamar de mendigos) ou receptor de doações que muita das vezes custam caro no futuro. Deve encontrar, *de per si*, soluções para suprir as suas necessidades, incluindo as alimentares, que parece ser um problema bastante sério a ultrapassar a médio trecho. Aliás, alguns esforços estão sendo envidados por muitos países africanos, incluindo Moçambique, mas muito ainda se deve fazer. África não deve continuar a choramingar pela guerra na Ucrânia em resultado de não receber os cereais que outrora vinham daquele país, mas sim chorar em forma de solidariedade pelas mortes, destruição e deslocados que aquela guerra está a causar. E Moçambique deve continuar a melhorar a cadeia de produção agrícola.



PEDRO MUFUUKULA (PhD)
E-mail: plavieque@gmail.com

Moçambique aguarda ainda o aval da Organização das Nações Unidas para alargar a plataforma continental dos actuais 540 mil km² para 676 mil quilómetros quadrados, disse em Maputo o Director do Mar no Instituto de Mar e Fronteiras (IMAF).

A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas até uma distância de 200 milhas marítimas, contadas a partir das margens, mas a ONU concede aos Estados costeiros

a prerrogativa de estenderem a sua plataforma continental para além das 200 milhas sem exceder as 350 milhas.

Citado pelo diário Notícias, de Maputo, Eugénio Muianga, um destacado dirigente nesta matéria, disse que Moçambique aguarda que o seu pedido seja apreciado, uma vez que a Comissão das Nações Unidas sobre os Limites da Plataforma Continental (CLCS), entidade que aprecia a documentação, tem vindo nos últimos tempos a receber cada vez mais pedidos similares formulados por outros países.

Nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, existe o chamado mar territorial, espaço com 12 milhas náuticas de extensão (cerca de 22km), medidas a partir

da linha de base, onde se situam as praias, os portos e demais facilidades (Fonte: <<https://macauhub.com.mo/pt/2012/08/21/portugues-mocambique-aguarda-aval-da-onu-para-alargar-plataforma-continental/>>. Acesso em 6 de Outubro de 2019).

Eugénio Muianga especificou, na sua abordagem, que depois segue-se a chamada zona contígua, que cobre 24 milhas náuticas (cerca de 44km), também contadas a partir da linha de base e a seguir há 200 milhas (cerca de 370km), igualmente contadas a partir da linha de base, considerada Zona Económica Exclusiva, onde o Estado detém exclusividade sobre os recursos existentes nessa área.

Entretanto, qualquer Estado pode

Um olhar à nossa Administração Pública

Riscos militares de Moçambique

Fronteira Marítima de Moçambique (8)

realizar trabalhos de investigação científica na Zona Económica Exclusiva, desde que tenha recebido anuência prévia do Estado costeiro, a quem a Convenção adverte no sentido de não colocar obstáculos injustificados às actividades de investigação científica.

São inúmeros os argumentos regionais que motivam o crescendo de preocupações em relação ao clima de paz para a região no seu todo e para Moçambique, em particular.

Citam-se alguns requisitos da CNUDM: serão estas possessões francesas (Ilhas Dispersas) verdadeiras ilhas, e portanto com direitos ZEE e de Plataforma Continentais, ou são só rochedos vulcânicos e/ou atóis em processo de formação? Se sim, como

se definirão as linhas-base destas inabitáveis geomorfologias? No caso concreto de Moçambique, com quem deverá negociar, com Madagáscar ou com a França?

Em toda esta situação é de sublinhar a abundância de recursos marinhos no Canal de Moçambique, que associados ao contexto geopolítico configuram a base que fustiga a história de Madagáscar, já que a sua localização geoestratégica no Oceano Índico, face aos interesses de potências poderosas, alimenta a cobiça e inviabiliza a estabilidade da nação malgaxe, o que poderá arrastar Moçambique em caso de conflito, ou seja, o «Risco Militar» para Moçambique é real.

(Conclusão)

Pela primeira vez na sua história

SG da Frelimo oficializa comités de localidade

-E deixa apelo para que as eleições internas não sirvam de pretexto ou motivo de discórdia e desagregação, mas sim de oportunidade para a escolha do membro que pode melhor conduzir os destinos do partido

Pela primeira vez na sua história, a Frelimo oficializou sexta-feira, 5 de Agosto, na localidade de Munhiba, distrito de Mocuba, província da Zambézia, a criação dos comités de localidade, à luz dos Estatutos aprovados no XI Congresso do partido, realizado em Setembro de 2017. Na ocasião, o Secretário-geral da Frelimo, Roque Silva, que dirigiu a cerimónia, classificou o acto, perante membros e simpatizantes do partido que testemunharam o evento, de um marco na história da Frelimo, o qual se enquadra na necessidade de alargar a extensão dos órgãos do partido na base, de modo a responder aos desafios políticos cada vez mais crescentes e exigentes que se apresentam de momento.

Durante os três dias de trabalho na província da Zambézia, o Secretário-geral da Frelimo avaliou o desempenho do partido, particularmente no âmbito da preparação do XII Congresso da Frelimo, agendado para os dias 23 a 28 de Setembro, na cidade da Matola, província de Maputo, e o movimento de celebração dos 60 anos da FRELIMO.

Nesse processo, escalou sucessivamente os distritos de Lugela e Mocuba, e a cidade de Quelimane, onde encabeçou, na manhã de sábado, a pedalada vermelha que percorreu as principais artérias da cidade de Quelimane, tendo também orientado a cerimónia de abertura do II Simpósio alusivo aos 60 Anos da FRELIMO, subordinado ao tema "Democracia, Eleições e Unidade Nacional: Percursos e Desafios", e foi assistente de honra na Gala alusiva aos 60 anos, abrilhantada pela Companhia Nacional de Canto e Dança e das Forças Armadas.

No distrito de Mocuba, Roque Silva explicou que os comités de localidade que acabava de oficializar a sua criação são constituídos por 58 membros,



Roque Silva, SG da Frelimo na Zambézia

com um Secretariado constituído por 3 membros e 2 elementos de ligação.

Assim, para o cargo de Primeiro-secretário do Comité de Localidade foi

eleito Renato Bacião Mucore, que, dirigindo-se ao eleito, o Secretário-geral da Frelimo disse esperar que venha a contribuir para melhoria do desem-

penho do partido na zona.

Já no distrito de Lugela, Roque Silva afirmou que as eleições internas na Frelimo não devem ser motivo de discórdia e desagregação, mas sim uma oportunidade para a escolha do membro que pode melhor conduzir os destinos do partido, a cada nível, atento ao crescimento quantitativo e qualitativo, rumo à criação do bem-estar de todos.

"O amor ao próximo deve ser uma causa. Esta é a grande lição que o Presidente Filipe Nyusi nos dá. Como membros da Frelimo e como moçambicanos, devemos nos amar uns aos outros", frisou Roque Silva.

Sublinhou que o pressuposto fundamental é a união e coesão dentro do partido e, também, para construção e consolidação da paz na família moçambicana, condição indispensável para a promoção do desenvolvimento rápido do país.

outros que assolam o país e o mundo.

"Temos estado a acompanhar discursos infelizes de alguns líderes políticos que de forma recorrente, propositada ou por ignorância, não sabem esclarecer ao povo que os problemas do custo de vida que o país enfrenta é um problema global e que deriva, sobretudo, de factores conjunturais alheios à vontade do Governo e de dimensão internacional", lamentou o dirigente político.

Para Roque Silva, esses políticos, por não terem agenda política estruturada e que possa contribuir para a solução efectiva dos problemas do povo, limitam-se a andar de conferência de imprensa em conferência de imprensa a propalar discursos nocivos, com o fim único de distrair o povo moçambicano trabalhador, que bem liderado pelo Presidente Filipe Jacinto Nyusi se encontra empenhado no desenvolvimento do país, apesar das adversidades

Com a chancela do CNDS

Oficiais das FDS promovidos para novas tarefas

No quadro da revitalização das Forças de Defesa e Segurança, nos termos da Lei nº 13/2019 de 23 de Setembro, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS) chancelou quarta-feira, 3 de Agosto, a promoção de oficiais das Forças de Defesa e Segurança para desempenho de tarefas a vários níveis. Dirigido pelo Presidente da República e Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança, Filipe Jacinto Nyusi, o CNDS, reunido em X Sessão Ordinária, analisou a situação da ordem e segurança pública, a avaliação do desempenho da Força Local e a promoção de membros das Forças de Defesa e Segurança.

Sobre o Teatro Operacional Norte, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, um órgão de consulta e aconselhamento do Chefe de Estado em matéria da Defesa e Segurança, congratulou as Forças de Defesa e Segurança pelo esforço abnegado na reposição da ordem e segurança pública no Teatro Operacional Norte, facto que culminou com a desactivação da base de Katupa e o enfraquecimento da acção dos terroristas.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança encorajou as Forças de Defesa e Segurança e seus parceiros a envidarem mais esforços no sentido de garantir a manutenção da paz e segurança das populações e seus bens.

Entretanto, o órgão manifestou preocupação com o elevado índice de sinistralidade rodoviária, facto que tem semeado luto nas famílias moçambi-



canas e provocado danos materiais avultados. Assim, o órgão instou as instituições competentes a reforçarem as medidas de fiscalização, bem como a responsabilização dos prevaricadores do Código da Estrada e outros instrumentos legais.

O Conselho Nacional de Defesa e Segurança saudou o desempenho e o sentido patriótico da Força Local, na província de Cabo Delgado, facto que concorre para melhoria da segurança das populações nos distritos afectados pelo terrorismo.



À população de Lugela, o Secretário-geral da Frelimo agradeceu pela forma brilhante como contribuíram para a vitória do partido e do seu candidato Filipe Nyusi, nas últimas eleições gerais realizadas em 2019.

Por isso, apelou a todos para trabalharem agora rumo às vitórias que pretende nas eleições de 2023 e 2024, guiados pelo histórico lema "A vitória prepara-se, a vitória organiza-se".

ROQUE SILVA DEPLORA AGITAÇÃO À POPULAÇÃO

No entanto, no primeiro dia da sua visita à província da Zambézia, o Secretário-geral da Frelimo deplorou o movimento de agitação à população, protagonizado por alguns dirigentes políticos e outros quadrantes da sociedade, face ao elevado custo de vida, decorrente de diversos factores adversos, como a Covid-19, o terrorismo em Cabo Delgado, os desastres naturais, a guerra entre a Rússia e Ucrânia, entre

prevalentes.

"Só acreditando em nós mesmos, olhando para os recursos que nos rodeiam, olhando para as potencialidades que nos rodeiam, é que podemos tirar proveito disso, para irmos aumentando os índices de produção e produtividade, reduzir o nível de carências e de importações, aumentando as exportações, ganhando divisas que precisamos para a melhoria da rede de infra-estruturas, factor importante para o desenvolvimento", apontou.

Com efeito, apelou ao povo para estar calmo e centrado no trabalho, seguro de que com o Presidente Nyusi e com o Governo da Frelimo continuará a construir dias cada vez melhores.

Aliás, Roque Silva frisou que o acesso à água, energia, ao telefone celular, carro próprio, ao ensino, desde o primário até ao universitário, dentre outros que as famílias e os moçambicanos desfrutam hoje, é fruto dos 60 anos da luta travada pela Frelimo na construção do bem-estar para todos.

DIVULGAÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS 2020

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020



Modernizar Para Melhor Servir



DIVULGAÇÃO

RELATÓRIO
& CONTAS 2020INSTITUTO NACIONAL DE
SEGURANÇA SOCIALNATIONAL INSTITUTE OF
SOCIAL SECURITY

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020

Modernizar Para Melhor Servir


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL



COMISSÃO DE CONTROLO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I- PARECER RELATIVO À CONTA ANUAL DE GESTÃO DO INSS DE 2020

Ao
Conselho de Administração
Do Instituto Nacional
De Segurança Social

Local



Kabir Fashar Ibrahim MBA
Presidente do Conselho de Administração

No âmbito do cumprimento das suas atribuições previstas no n.º 3 do artigo 13 do Decreto n.º 17/88, de 27 de Dezembro, conjugado com o n.º 3 do artigo 115 do Decreto n.º 51/2017, de 09 de Outubro, a Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS, apresenta o seu Parecer relativo à Conta Anual de Gestão do Instituto Nacional de Segurança Social, referente ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

Da análise efectuada à conta, verificam-se melhorias assinaláveis na articulação com as instituições licenciadoras e conservatórias do registo das actividades económicas.

A Comissão de Controlo prestou atenção a um aumento substancial do número de Trabalhadores por Conta Própria inscritos, prevalecendo o desafio do pagamento das contribuições por esta categoria de beneficiários.

Outro aspecto constatado é o facto de a Prova Anual de Vida dos pensionistas não ter sido feita na totalidade devido a pandemia da COVID 19.

Da análise feita, a Comissão verificou a existência de progresso na escrituração contabilística do INSS, ressaltando as bases de reserva do auditor externo.

A Comissão de Controlo do Conselho de Administração do INSS é de parecer favorável a publicação do Relatório e Conta Anual do INSS referente ao exercício económico 2020, com as seguintes recomendações:

1. Assegurar a conclusão de todos os projectos imobiliários, com vista a evitar a criação de imparidades negativas nos próximos exercícios económicos;
2. Criar as condições técnicas necessárias para a flexibilização do processo de cobrança da dívida de contribuições, de modo a reduzir o volume do saldo da conta de devedores contribuintes;
3. Implementar as recomendações do Auditor Externo

Maputo, 11 de Maio de 2022



António Abramo
Presidente da Comissão de Controlo




REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

II - DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
INSS SOBRE A CONTA ANUAL DA SEGURANÇA SOCIAL DE 2020

Nos termos da alínea e) do artigo 8 do Decreto n.º 17/88 de 27 de Dezembro, é função do Conselho de Administração, entre outras, deliberar sobre as Contas Anuais da Segurança Social relativas aos exercícios económicos.

Neste contexto, o Conselho de Administração do INSS, reunido na sua 203.ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 19 de Maio de 2022, apreciou os pareceres da Comissão de Controlo e do Auditor Externo sobre a Conta Anual do Instituto Nacional de Segurança Social relativa ao ano de 2020 e a proposta de Aplicação de Resultados do mesmo exercício económico, submetidas pela Direcção Geral.

O Conselho de Administração do INSS constatou que o relatório do Auditor Externo da Conta Anual de 2020, que constitui parte integrante da mesma, apresenta apreciação favorável às demonstrações financeiras apresentadas e desempenho financeiro do exercício findo e notou que a Comissão de Controlo, na apreciação da Conta Anual de 2020, produziu importantes recomendações à Direcção Geral para os exercícios subsequentes, com vista ao aprimoramento da gestão.

Observou ainda que o Auditor Externo apresenta algumas opiniões com reserva, mas reconhece a existência de um trabalho em curso para a resolução das mesmas.

Assim, o Conselho de Administração deliberou aprovar a Conta Anual de 2020 do Instituto Nacional de Segurança Social e orientar a sua publicação.

O Conselho de Administração continuará a acompanhar a implementação das recomendações do Auditor Externo e da Comissão de Controlo e estimular a Direcção Geral a dinamizar as actividades relevantes, com vista a melhoria da sua gestão.



Maputo, 08 de Maio de 2022
Kabir Fashar Ibrahim MBA
Presidente do Conselho de Administração



DIVULGAÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS 2020

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020



III. Declaração de Responsabilidade da Direcção Geral pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras do INSS, que compreendem o Balanço a 31 de Dezembro de 2020, a demonstração dos resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

A Direcção Geral é igualmente responsável por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais devidas quer a fraude quer a erro e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. A Direcção Geral é igualmente responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

A Direcção Geral fez uma avaliação da capacidade da Entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e não têm motivos para duvidar da capacidade da Entidade poder continuar a operar segundo esse pressuposto no futuro próximo.

O auditor é responsável por reportar sobre se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma apropriada em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.



IV - Relatório Técnico da Conta Anual

4.1 Enquadramento Económico

4.1.1 Economia Global

Durante o ano de 2020, a economia nos Estados Unidos da América (EUA) e na Zona Euro, a actividade económica manteve-se reprimida. O surgimento de novas vagas e variantes da COVID-19 levou à reimposição de medidas de confinamento, tendo contribuído para a manutenção do crescimento negativo nestas economias.

Esta reimposição de medidas de confinamento para a contenção da propagação da COVID-19, nos últimos meses de 2020, condicionou o crescimento das economias avançadas. Entretanto, o contributo dessas medidas para a tendência de contenção da pandemia, nos finais do ano, aliado aos progressos nos programas de vacinação e os pacotes adicionais de estímulos às economias, renovaram o optimismo quanto ao crescimento da economia mundial para 2021. Enquanto isso, a inflação acelerou na maior parte dos países, num contexto de recuperação dos preços das principais mercadorias de exportação e do petróleo no mercado internacional.

O alívio das medidas restritivas para conter a COVID-19 foi determinante para (i) uma contração menos severa do produto interno bruto (PIB) em 2020 e projecções de sua menor retração e (ii) perspectivas de uma recuperação mais rápida da actividade económica global para 2021. Enquanto isso, a inflação permaneceu estável na maior parte dos países, num contexto em que as expectativas em torno do início da produção massiva e uso da vacina contra a COVID-19 contribuíram para a recuperação do preço do petróleo e para as expectativas de um melhor desempenho da economia mundial a médio prazo.

Na China e na Índia, o desempenho da actividade económica foi positivo, reflexo do relativo controlo da pandemia. Em finais de 2020, a economia chinesa registou um crescimento de 6,5%, destacando-se como a única maior economia com um desempenho positivo no ano.

No mesmo sentido, o relaxamento gradual das medidas restritivas na Índia resultou num aumento no investimento público e privado e, por conseguinte, numa expansão de 0,4%, no último trimestre do ano, após uma contração de 7,5%, no III trimestre de 2020.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), actualizou as perspectivas de crescimento da economia mundial de 2020 para -4,4%, contra a cifra de -4,9% que tinha sido avançada em Junho do mesmo ano.

4.1.2 Economia Regional

A África Subsariana enfrentou uma crise sanitária e económica sem precedentes que, em apenas alguns meses, comprometeu anos de árduos ganhos de desenvolvimento e abalou as vidas e os meios de subsistência de milhões de pessoas. A pandemia tardou a chegar na África Subsariana e as taxas de infecção foram relativamente baixas por comparação com outras partes do mundo. No entanto, o ressurgimento de novos casos em muitas economias avançadas e o espetro de surtos repetidos na região evidenciaram que a pandemia continuaria a constituir uma preocupação muito real ainda durante algum tempo.

Todavia, num contexto de elevados custos económicos e sociais, os países cautelosamente começaram a reabrir as suas economias e a procurar políticas para relançar o crescimento. Com a imposição dos confinamentos, a actividade económica regional diminuiu acentuadamente durante o ano de 2020, mas com uma flexibilização das medidas de confinamento, o aumento dos preços das matérias-primas e a flexibilização das condições financeiras, registaram-se alguns sinais preliminares de uma recuperação pós segundo semestre.

A região registou uma contração de 3,0% em 2020. O maior impacto da crise no crescimento verificou-se nas economias dependentes do turismo, tendo os países exportadores de matérias-primas sido também duramente afectados. O crescimento nas economias mais diversificadas abrandou significativamente, mas, em muitos casos, continuou a ser positivo.

Num contexto de espaço orçamental limitado, algumas autoridades recorreram à política monetária para ajudar a prestar apoio de emergência, com reduções cumulativas da taxa de juro directora desde o início de 2020 de até 500 pontos base (p.b.) na Zâmbia, 275 p.b. na África do Sul, 250 p.b. na Namíbia, 200 p.b. no Uganda e 150 p.b. no Gana (Figura 1.12). Além disso, introduziram instrumentos de crédito para injetar liquidez no sistema bancário, variando entre 0,5% do PIB em Angola e 3% do PIB na Zâmbia.

4.1.3 Economia Nacional

Em Moçambique, o ano de 2020, foi marcado pelos diversos acontecimentos, com destaque para o ressentimento da reconstrução face aos ciclones tropicais Idai e Kenneth no centro e norte do país, a instabilidade militar na região centro, insurgência na zona norte e a contínua gestão da Dívida Pública, com forte impacto nas despesas públicas.

O PIB contraiu 2,4%, resultando numa variação negativa de 1,3% no ano. A significativa deterioração da actividade económica doméstica reflectiu, essencialmente, os efeitos adversos da pandemia da COVID-19 a nível global, num contexto em que a manutenção da insurgência na zona norte do país, também condicionou o curso normal de implementação dos projectos de exploração de hidrocarbonetos na Baía do Rovuma. Em 2021, espera-se uma ligeira recuperação da actividade económica justificada, essencialmente, pelas perspectivas de melhoria da procura externa e da retoma gradual do funcionamento da economia doméstica, em face da redução de infecções diárias e possível alívio progressivo das restrições.

Registou-se a deterioração do saldo da conta corrente em resultado da fraca procura externa. Com efeito, em 2020 as exportações reduziram devido ao efeito combinado da redução do volume e dos preços, num contexto de queda da actividade económica a nível mundial, com particular destaque para a dos principais parceiros comerciais do país; enquanto isso, a redução das importações foi menos expressiva.

A contínua redução das despesas investimento perante aumento dos gastos correntes, a pressão sobre a despesa pública e financiamento interno aumentou, em face da instabilidade militar e da necessidade acrescida de fundos para a mitigação dos impactos da COVID-19 na economia. Com efeito, a despesa corrente foi a que absorveu mais recursos, tendo incrementado em 15%, em contrapartida da redução do investimento público, componente com impacto significativo no PIB.

Face a esses acontecimentos, e num contexto de insuficiência de fundos, o governo teve que adoptar medidas de políticas que influenciaram o comportamento dos principais indicadores macroeconómico e financeiro do país, mormente a emissão de obrigações de tesouro a taxas juro mais atrativas a curto prazo.

Por outro lado, o CPMO decidiu, igualmente, manter as taxas de juro da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD) em 7,25% e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 13,25%, bem como a taxa MIMO em 10,25%. A decisão é justificada pela prevalência de elevados riscos e incertezas, não obstante a revisão em baixa das perspectivas de inflação no curto e médio prazo, a reflectir, em grande parte, os efeitos das medidas tomadas.

O INSS firmou a entrada na sociedade com a REVIMO, com uma participação de 15% do capital social, por outro lado adquiriu obrigações COVID-19, no âmbito da mitigação dos efeitos desta pandemia para as Pequenas e Médias Empresas, como forma de salvaguardar os postos de empregos dos beneficiários do sistema de segurança social.

Neste sentido, sendo o INSS um agente económico relevante no mercado e vulnerável a alterações inesperadas da economia que afectam o nível de empregabilidade, consequentemente, o desempenho económico da instituição também foi influenciado em termos demográficos e financeiros, conforme espelha-se nos capítulos seguintes.

4.2. Situação Geral da Segurança Social Obrigatória do INSS

Um dos principais objectivos do INSS é aumentar a cobertura contributiva do sistema. Para o efeito, têm sido realizadas várias actividades, das quais se destacam:

- (1) a divulgação do Sistema de Segurança Social Obrigatório (SSSO) com vista à sensibilização e informação dos contribuintes, beneficiários e o público em geral, através de palestras, seminários, publicidade (Jornais, Rádio e Televisão), página web, distribuição de desdobráveis visando transmitir a importância do sistema no que respeita aos benefícios que advêm da inscrição do trabalhador;
- (2) o alargamento do âmbito pessoal, através da inscrição de novos trabalhadores e contribuintes no regime por conta de outrem e de conta própria e enquadramento na Manutenção Voluntária no Sistema (MVS);
- (3) a abertura e/ou criação de novas direcções e representações distritais com vista a garantir a expansão dos serviços do INSS que constitui um dos pilares do quinquénio;
- (4) o pagamento das diferentes prestações em vigor no INSS, quando satisfeitos os principais requisitos estabelecidos na lei; e
- (5) a realização de prova anual de vida.

4.2.1 Inscrições

As inscrições são dinamizadas através de realização de palestras, sendo que para o período em análise foram realizadas 6.107 palestras nos locais de trabalho com a participação de 29.235 trabalhadores, representando um grau de realização na ordem de 81% em relação a meta planificada de 7.534 palestras.

O impacto positivo das palestras nos contribuintes e beneficiários se traduziu no aumento do nível da consciência dos contribuintes e beneficiários relativamente aos seus deveres e direitos no âmbito do sistema de segurança social, o que, de certa forma, estará relacionado com o aumento de contribuintes activos e com a inscrição de novos contribuintes e beneficiários.

Comparativamente ao ano anterior, em que foram realizadas 16.535 palestras com a participação de 85.093 trabalhadores, verifica-se um decréscimo do número de palestras e de participantes em 2,8% e 41,8%, respectivamente, conforme ilustra o gráfico nº 1 abaixo.



4.2.1.1 Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO)

No período em análise, foram inscritos 13.042 contribuintes e 76.045 beneficiários, o que representa um cumprimento do planificado (11.470 contribuintes e 91.329 beneficiários) na ordem de 113,7% e 83,3%, respectivamente.

O aumento do nível da consciência dos contribuintes e beneficiários através da sensibilização está relacionado, de certa forma, com os resultados positivos obtidos na inscrição de novos contribuintes e beneficiários e dos respectivos activos, por um lado, e, por outro, a da aceitação do SSSMO no seio dos contribuintes e beneficiários, isto avaliando o crescimento de um ano para outro.

No cômputo geral, o desempenho na inscrição de contribuintes foi em média de 113,7%, entretanto, as delegações de Niassa e Cabo Delgado situaram-se abaixo de 70% da meta anual.

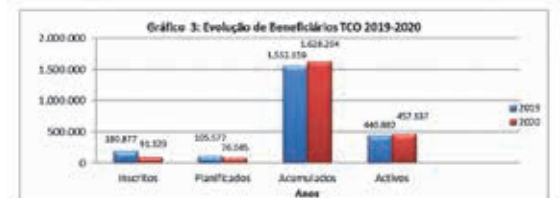
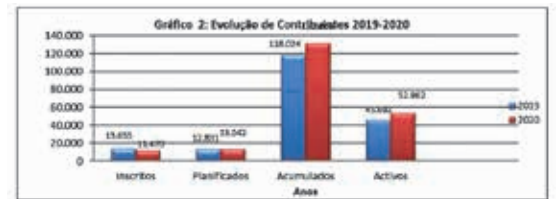
Relativamente aos beneficiários, o desempenho global foi de 83,3%, onde destacaram-se as Delegações de Inhambane e Zambézia que superaram as metas, e a de Niassa que tem um desempenho de 46,6% do planificado.

Concorreram como principais razões do incumprimento das metas na inscrição de beneficiários, para além da pandemia da Covid-19 e seus efeitos, a inscrição de micro e pequenas empresas que empregam um número reduzido de trabalhadores, a admissão por parte das empresas de trabalhadores já inscritos no sistema (tratando-se deste modo de mobilidade e não novas inscrições), a desaceleração da economia a nível mundial e com a conclusão dos projectos de implantação das empresas mineiras e pela situação política social de insurgentes que a província de Cabo Delgado, em particular, vive.

Comparativamente ao período análogo, em que tinham sido inscritos 12.831 contribuintes e 105.577 beneficiários, verifica-se um crescimento de contribuintes e beneficiários na ordem de 1,6% e 28,0%, respectivamente.

Quanto aos acumulados, o sistema regista 131.066 contribuintes e 1.628.204 beneficiários, dos quais estão no activo 52.962 contribuintes e 457.137 beneficiários. Estes dados significam que 40,4% de contribuintes e 28,1% de beneficiários do Sistema de Segurança Social Obrigatória tiveram as suas contribuições regulares.

Os gráficos 2 e 3 demonstram de forma comparativa a evolução de contribuintes e beneficiários.

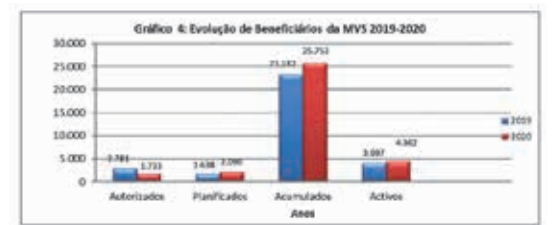


4.2.1.2 Manutenção Voluntária no Sistema (MVS)

A situação de perda de emprego continua a constituir uma realidade na sociedade moçambicana e, por consequência, tem levado muitos beneficiários à situação de inactividade. Assim, como forma de dar seguimento ao processo iniciado aquando da sua inserção profissional como beneficiários, há um esforço de os manter na Segurança Social Obrigatória (SSO), através da MVS.

Destes modo, no período em análise, foram autorizados à MVS 1.733 beneficiários, contra os 2.090 planificados, representando uma realização na ordem de 82,9%. Em acumulado, regista-se um total de 25.753 beneficiários autorizados, dos quais estão no activo 4.362, o equivalente a 16,9% do total dos acumulados.

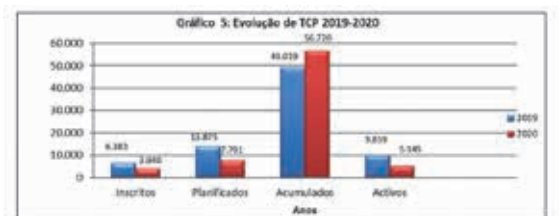
Relativamente ao período homólogo, em que haviam sido autorizados 2.781 beneficiários, dos quais 3.997 eram activos, verifica-se um crescimento de autorizados e decréscimo dos activos na ordem de 37,7% e 1,8%, respectivamente, conforme gráfico 4, que se segue.



4.2.1.3 Regime dos Trabalhadores por Conta Própria (TCP)

O Diploma Ministerial nº 105/2015, de 27 de Novembro, alarga o âmbito de cobertura do sistema, dando oportunidade para que milhares de trabalhadores, exercendo actividades no sector não formal e no auto-emprego passem também a ter acesso à segurança social, com destaque para a protecção na velhice.

Para o efeito, durante o período em análise, foram inscritos 7.701 trabalhadores, o que representa uma realização do planificado na ordem de 195,5%, pois estava prevista a inscrição no sistema de 3.940 novos trabalhadores por conta própria, conforme o gráfico 5 abaixo.



Em acumulado registam-se 56.720 TCP, dos quais 9,10% (5.145 TCP) se encontram no activo. Relativamente ao ano anterior, em que foram inscritos 13.875 TCP, dos quais 9.859 no activo, verifica-se um acréscimo de inscritos e de activos na ordem de 44,50% e 54,9%, respectivamente.

4.2.2 Abertura de Delegações e Representações Distritais

No período em análise não houve nenhuma abertura de uma Delegação Distrital e nem de Representação, contudo, o INSS está representado em todas as capitais provinciais e continua a contar com 11 Delegações Provinciais, 23 Delegações Distritais e 45 Representações Distritais.

4.2.3 Prova Anual de Vida

A Prova de Vida, que consiste na comprovação física da existência dos pensionistas com vista a poderem manter o direito às prestações concedidas pelo Sistema de Segurança Social, é um dever estabelecido ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 83 do Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro.

DIVULGAÇÃO

RELATÓRIO
& CONTAS | 2020INSTITUTO NACIONAL DE
SEGURANÇA SOCIALNATIONAL INSTITUTE OF
SOCIAL SECURITY

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020

Modernizar Para Melhor Servir

É de periodicidade anual e obrigatória, sendo um processo bastante simples e rápido em que o pensionista deverá apresentar o seu documento de identificação nos locais de atendimento disponíveis ao nível de todas as delegações provinciais e podendo ser domiciliária para os casos de pensionistas fisicamente incapacitados de se fazerem presentes aos locais de sua realização.

Entretanto, no exercício de 2020, o processo da realização de Prova Anual de Vida presencial para os pensionistas a nível nacional, foi suspensa temporariamente por causa da pandemia do COVID 19, contudo, foi possível a realização da PAV para 47.716 (44,0%) pensionistas.

4.2.4 Conclusões do Estudo Actuarial

Foi efectuada uma avaliação actuarial do sistema contributivo de segurança social no País pelos técnicos internos, com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

De referir que estes técnicos beneficiaram de formação sobre esta matéria pelo que a cooperação com os técnicos especializados da OIT permitiu a consolidação dos conhecimentos obtidos durante a formação em ciências actuarial.

De acordo com as conclusões do estudo, a projeção dos fluxos de receitas e despesas revela, a curto e médio prazo, uma situação financeira sem tensões. As receitas originadas de contribuições e juros são suficientes para cobrir despesas com benefícios e despesas administrativas até 2052 e, caso o prémio se mantiver constante, a reserva será esgotada no ano de 2059.

4.2.5 Medidas de Reforma

O INSS continuou a desenvolver todo um conjunto de acções concertadas com vista a criar condições necessárias que lhe permitam obter uma opinião de auditoria assertiva sobre a sua Conta Anual. Há uma forte incidência dessas acções no processo de informatização e modernização do sistema, bem como efectuar reforma legais que permitam adequar a actividade do INSS as boas práticas internacionais, tudo na perspectiva de melhorar os serviços prestados aos utentes salvaguardando os princípios de segurança social obrigatória.

Durante o exercício de 2020, foi concluída a Implantação do projecto SISSMO - Pagamentos, responsável pela gestão do processamento e pagamento de pensões em todas as delegações provinciais e serviços centrais, através da implantação dos seguintes módulos: (Concessão de Benefícios; Migração de Pagamentos; Prova Anual de Vida; Pagamento de Prestações; Revisão de prestações; e Outros pagamentos). Contudo, gostaríamos de destacar algumas acções:

- Está em processo o interface entre o sistema administrativo e financeiro e SISSMO para permitir a contabilização das transacções de contribuições e prestação do sistema de segurança social com pouca intervenção humana, o que concorre para a mitigação de erros e omissões, estando o software na fase de testes.
- Está em curso o processo da elaboração de um plano de saneamento da dívida de contribuições e persistência nas acções tendentes a sua recuperação através dos mecanismos instituídos;
- Aprimoramento da articulação com Autoridade Tributária, instituições licenciadoras das actividades económicas e conservatórias de entidade legais para a localização e/ou identificação dos contribuintes; e e/ou identificação dos contribuintes;
- Identificação de mecanismos flexíveis de pagamento de contribuições para o TCP.

4.2.6 Medidas de Contenção

As despesas de administração correspondentes ao funcionamento dos serviços administrativos e financeiros do INSS e as despesas de acção sanitária e social, em conjunto, não devem ultrapassar 19% das receitas previstas no orçamento, à luz do artigo 111 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro.

O INSS tem estado a desencadear um conjunto de acções, concertadas, no sentido de conferir maior eficiência e eficácia ao processo de execução das despesas, sendo que para o exercício económico de 2020, foi observado o rácio de 14,88% contra os 18,73% projectados, como resultado da implementação das medidas de contenção das despesas, o que resultou numa poupança de 3,85%. Relativamente ao exercício anterior, em que este rácio foi de 15,73%, revela-se uma melhoria em 0,85%.

4.3 Eventos Subsequentes no âmbito da Covid-19

No exercício de 2021, o Mundo continua a viver um problema de saúde caracterizado por uma doença contagiosa chamada COVID-19, causada pelo Coronavírus, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo Pandemia, pelo facto de a doença ser altamente infecciosa, ameaçando muitas pessoas de forma simultânea no mundo inteiro. Ciente de que Moçambique já regista casos confirmados, o Governo anunciou uma série de medidas para que as pessoas e as instituições públicas e privadas possam mitigar o risco da infecção e propagação deste vírus. Neste contexto, o INSS continua a desenvolver um plano de contingência, conforme se descreve:

- Suspensão temporária da realização da prova anual de vida aos pensionistas do INSS;
- Perdão de multas e redução de juros de mora para as empresas devedoras;
- Oferta de máscaras de protecção de boca e nariz a diversos sectores e segmentos da sociedade;
- Observar estritamente as medidas de prevenção e de infecção pelo COVID-19 anunciadas pelo Governo a nível da instituição.

Adicionalmente, atento às atribuições do Sistema Segurança Social em casos de doença e morte, a coberto do disposto nos artigos 17 e 40 do Decreto nº 51/2017, de 09 de Outubro, de acordo com as estimativas da OMS, cerca de 80% da população mundial infectada pela Pandemia COVID-19 vai recuperar sem necessitar de cuidados médicos, sendo que os restantes 20% necessitarão de especial atenção e destes 5% necessitará de cuidados médicos. O INSS tem 457.137 trabalhadores activos, aplicados 5%, temos 22.857 necessitarão de cuidados médicos o que pode levar à atribuição de Subsídios por Doença e de Internamento Hospitalar.

Conforme dados acima, concluiu-se que caso sejam apresentados atestados médicos para atribuição dos subsídios retro mencionados, poderá existir um impacto financeiro não significativo, tendo em conta que o grau de infecções e contaminações tendem a reduzir nos últimos períodos, por consequência houve, o levantamento de algumas restrições que tinham sido impostas pelo Governo.

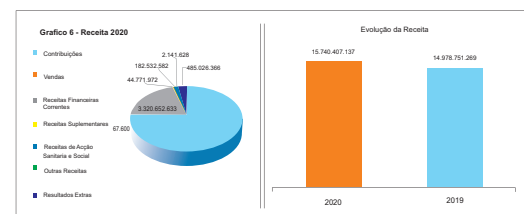
Na senda destas constatações e tendo em conta as Reservas do Sistema, o INSS está em condições de prestar assistência aos beneficiários elegíveis aos subsídios e pensão, garantindo-se a continuidade das actividades.

4.4. Principais Indicadores

4.4.1 Receitas

As Receitas totais situaram-se em 15.740.407.137MT, tendo aumentado em 5,08% comparativamente ao ano anterior (2019: 14.978.751.269MT), sendo que o valor relativo do crescimento e decréscimo é a média da ponderação das variações entre as receitas, nomeadamente, de contribuições, de vendas, financeiras correntes, suplementares, acção sanitária e social, outras receitas e de Resultados Extras na ordem de 6,75%, 53,46%, 11,76%, -22,10%, -20,34%, -52,16% e -35,47%, respectivamente, conforme o gráfico 6 abaixo.

Importa referir que a receita de 2019, foi reajustada de 14.227.126.307MT para 14.978.751.269MT, cuja origem deste fenómeno deve - se a não inclusão de receitas extraordinárias no período acima citado.



Relatório dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração do

Instituto Nacional de Segurança Social

Opinião com reserva

Auditamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Segurança Social ("o INSS") constantes das páginas 16 a 35, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2020, a Demonstração dos resultados, o Mapa de fluxos de caixa e o Mapa de mutação de valores do exercício findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepção quanto ao possível efeito das matérias descritas na secção das Bases para Opinião com Reservas do nosso relatório, as demonstrações financeiras do INSS - Instituto Nacional de Segurança Social relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foram preparadas em todos os aspectos materiais, de acordo com o Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

Bases para Opinião com Reservas

Impacto da modificação do exercício anterior

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 que foram auditadas por outro auditor, foram modificadas devido a dúvidas sobre a recuperabilidade dos montantes registados em immobilizado corpóreo e incorpóreo relativos a obras em edifícios e outras construções em curso no montante de 2 566 615 057 Meticais. Subsequentemente ao exercício findo, a Direcção reconheceu uma imparidade de 1 330 131 058 Meticais em relação a obras em curso. Como resultado da modificação do exercício anterior, não foi possível determinar se a imparidade deveria ter sido reconhecida nos exercícios financeiros de 2020 ou 2019.

Incapacidade de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente

Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada sobre o saldo de devedores contribuintes de 1 536 666 444 Meticais, constante no balanço em 31 de Dezembro de 2020. Por esse motivo, não nos é possível determinar se quaisquer ajustamentos às demonstrações financeiras seriam necessários com relação a esta conta.

A estrutura de relato financeiro não integra os edifícios de rendimento

O Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990 não separa os edifícios de rendimento dos edifícios para uso próprio pelo INSS. O INSS contabilizou todos os edifícios, de uso próprio e de rendimento na rubrica de Immobilizações corpóreas e incorpóreas no global de 6 263 401 203 Meticais, não tendo sido possível obter evidência de auditoria para substanciar o saldo que deveria ser para edifícios de uso próprio e edifícios de rendimento. Por esse motivo, não nos é possí-

vel determinar se quaisquer ajustamentos às demonstrações financeiras seriam necessários com relação a esta conta.

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras do nosso relatório. Somos independentes do INSS de acordo com o Código de Ética para Contabilistas Profissionais da Federação Internacional de Contabilistas (incluindo Normas Internacionais de Independência) (Código IESBA) juntamente com os requisitos éticos que são relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outra Matéria

As demonstrações financeiras do INSS à data e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor o qual expressou uma opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras em 29 de Junho de 2020. A modificação foi porque existiam vários projectos na categoria de obras em curso que tinham um saldo de 2 566 615 057 Meticais, para o qual tinha sido feito o pagamento na totalidade contudo os trabalhos permaneciam inabacados depois de vários anos, resultando numa dúvida acerca da recuperabilidade do montante registado em immobilizado corpóreo e incorpóreo.

Responsabilidade da Direcção Geral do INSS pelas Demonstrações Financeiras

A Direcção Geral do INSS é responsável pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado pelo Decreto Ministerial de 31 de Janeiro de 1990, e por um sistema de controlo interno relevante para a preparação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Direcção Geral do INSS é responsável por avaliar a capacidade do INSS continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e utilizar a base contabilística da continuidade, a menos que a Direcção Geral pretenda dissolver o INSS e cessar as operações, ou não tenham alternativa senão fazê-lo.

Responsabilidades dos Auditores pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter uma segurança razoável se as demonstrações financeiras como um todo estão livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Uma segurança razoável é um alto nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando existir. As distorções podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

De referir que as contribuições constituem a principal fonte de receita do Sistema de Segurança Social Obrigatória gerido pelo INSS.

4.4.2 Despesas

As Despesas Correntes do período foram de 8.158.954.997MT (2019: 7.264.340.054MT), sendo de considerar:

4.4.2.1 Despesas Técnicas

As Despesas Técnicas (pensões do regime) apresentaram uma execução de 5.907.777.348MT tendo registado um aumento de 19,95% comparativamente ao exercício anterior (2019: 4.925.024.754MT), decorrente sobretudo da subida do número de pensionistas e do reajuste do valor das pensões.

4.4.2.2 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas e de Funcionamento apresentaram uma execução de 2.251.177.650MT, tendo-se verificado uma diminuição em 88.137.650MT, comparativamente ao exercício anterior (2019: 2.339.315.300MT), o que representa em termos relativos 3,69%.

4.4.2.3 Amortizações e Reintegrações do Exercício

O valor total das Amortizações e Reintegrações do Exercício foi de 385.302.720MT, o que comparativamente com o exercício anterior (2019: 490.032.550MT) representa uma diminuição de 104.729.830MT, equivalente a 21,37%.

4.4.2.4 Custos das Existências Vendidas e Consumidas

Esta rubrica apresentou um saldo de 12.211MT como resultado de venda de brochuras de legislação sobre Segurança social.

4.4.2.5 Provisões do exercício

Para o presente exercício económico, o reforço das provisões situou-se nos 1.516.759.783MT, para cobertura de outros riscos inerentes a immobilizações financeiras (149.222.850 MT), Immobilizações Corpóreas (1.330.131.058MT) e Outros credores (37.405.875MT).

4.4.3 Investimentos

O INSS continua a privilegiar a rentabilização dos investimentos efectuados nos períodos anteriores, sendo que no exercício de 2020 as despesas com investimentos registaram uma execução de 4.200.281.691MT que se destacam em:

a) Despesas de Capital Produtivo

As despesas com o capital produtivo tiveram uma execução de 3.885.630.571MT constituídas, fundamentalmente, pela subscrição e realização das acções da REVIMO-Rede Viária de Moçambique, construção do edifício da Delegação Distrital de Matutuíne, compra de obrigações e bilhetes tesouro e constituição de Depósitos a prazo.

b) Despesas de Capital de funcionamento

As Despesas de Capital de funcionamento tiveram uma execução de 314.651.119MT.



Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o cepticismo profissional durante a auditoria. Nós, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e implementamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultando de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressarmos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações feitas pela Direcção.
- Concluímos sobre a adequação do uso por parte da Direcção do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a acontecimentos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do INSS de continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, acontecimentos ou condições futuras podem fazer com que o INSS deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação apropriada.

Comunicamos com a Direcção Geral do INSS sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e os prazos da auditoria e as constatações de auditoria significativas, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a nossa auditoria.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Abel José Dominguis, nº 04/CA/OCAM/2012
Sócio
18 de Abril de 2022

DIVULGAÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS 2020

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020



VI – Demonstrações Financeiras

VI.i. Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2020		Valores em Metical	
		31.12.2020	31.12.2019
ACTIVO			
Disponibilidade	7.2	41.609	30.779
Depósitos a prazo	7.3	9.257.370.411	7.999.470.549
Depósitos a curto prazo	7.4	22.992.842.844	22.219.460.202
Depósitos a longo prazo	7.5	4.452.282.477	2.272.886.741
Créditos a curto prazo	7.6	337.117.900	337.261.943
Créditos a longo prazo	7.7	222.634.999	222.305.677
Existências	7.8	120.299	432.399
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	7.9	7.247.262.003	8.322.240.651
Imobilizações financeiras	7.10	15.333.147.527	14.249.051.541
Impostos diferidos	7.11	2.524.239	22.773.271
Passivos			
Depositos com Prestação Antecipada - Prestações a pagar	7.12	37.471.639	47.201.293
Depositos com Prestação Antecipada - Prestações a receber	7.13	8.930.998	4.938.844
Depositos com Prestação Antecipada - Prestações a pagar e a receber	7.14	53.177.812	57.245.297
Depositos com Acção Sanitária e Social	7.15	1.256.149	2.020.254
Provisões para outros riscos	7.16	19.290.176	33.054.479
Saldo de Resultados	7.17	49.256.729	22.563.762
Provisões para outros riscos	7.18	4.708.749	7.803.829
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	7.19	54.327.306	71.645.212
Imobilizações financeiras	7.20	3.000.000	7.000.000
Créditos a curto prazo	7.21	2.236.992	2.236.992
Créditos a longo prazo	7.22	4.432.282.477	2.272.886.741
Existências	7.23	120.299	432.399
Reservas de Impostos	7.24	2.524.239	22.773.271
Passivos totais			
		68.294.779.822	68.294.779.822
Ativo líquido			
		1.279.212.117	872.541.687
Reservas de Impostos			
Reserva de Impostos de Imposto	7.25	1.522.672.216	1.325.704.579
Reserva de Impostos de Imposto	7.26	11.031.773.801	11.491.891.346
Reserva de Impostos de Imposto	7.27	22.925.482.284	16.421.142.941
Reservas de Impostos totais			
		36.249.928.301	29.238.549.466
RESERVAS DE CAPITAL			
Reserva de Impostos e Outras Contribuições	7.28	48.027.629	45.027.629
Reserva de Impostos e Outras Contribuições	7.29	0,000	0,000
Reserva de Impostos e Outras Contribuições	7.30	550,000	550,000
Reserva de Impostos e Outras Contribuições	7.31	1.119.348.779	841.746.779
Reserva de Impostos e Outras Contribuições	7.32	7.496.147.109	7.860.071.049
Reserva de Impostos e Outras Contribuições totais			
		97.223.172.841	91.212.420.941
Reserva de Impostos e Outras Contribuições			
Reserva de Impostos e Outras Contribuições	7.33	5.292.547,07	5.182.210,79
Reserva de Impostos e Outras Contribuições	7.34	8.795.597,07	9.181.210,79
Total do Passivo e da Situação Líquida			
		25.729.220.070	25.729.220.070

VI.ii. Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020			
Valores em Metical			
	Notas	2020	2019
PROVEITOS			
Contribuições do regime	7.35	11.705.214.356	10.964.691.670
Outras receitas	7.36	3.590.166.415	3.262.434.637
Total		15.295.380.771	14.227.126.307
CUSTOS			
Prestações do Regime	7.37	5.907.777.348	4.980.480.992
Despesas Administrativas	7.38	2.251.177.650	2.323.983.112
Amortizações e reintegrações de Exercício	7.39	385.302.720	490.652.590
Provisões do Exercício	7.40	1.516.759.783	381.114.956
Total		10.060.017.501	7.795.311.590
Resultados correntes do Exercício		5.194.363.270	6.431.814.717
Resultados Extraordinários do Exercício (Líquidos)	7.41	(306.857.884)	649.743.134
Resultados Imputáveis a Exercícios Anteriores (Líquidos)	7.42	1.021.884.249	301.881.828
Resultados Líquidos do Exercício		5.879.389.635	7.383.419.679

VI.iii. Mapa de Fluxos de Caixa

Mapa de Fluxos de Caixa do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020			
Valores em Metical			
	2020	2019	
Fluxo de caixa de actividades operacionais			
Resultado Líquido	5.879.389.635	7.185.219.679	
Variação do activo			
Identificação de fontes e recursos			
Contribuições	(1.813.425.485)	716.896.758	
Depositos por Rendimentos e Amortizações	(36.385)	2.314.180	
Depositos por Prestações a Pagar e Beneficiários	-	94.966.962	
Depositos por Prestações a Receber ou a Receber	-	2.861	
Outras Operações	(2.810.682)	(242.210)	
Identificação de utilizações	(2.211)	(432.896)	
Depositos por Prestações Antecipadas	19.321.238	(1.877.869)	
Variação do Passivo			
Amortização de fontes e recursos a pagar			
Depositos com Prestação Antecipada - Prestações a pagar	(17.530.329)	(62.517.170)	
Depositos com Prestação Antecipada - Prestações a receber	(87.974.644)	64.214.372	
Depositos com Acção Sanitária e Social	2.129.022	21.878.524	
Depositos com Prestação Antecipada - Prestações a pagar e a receber	(264.379)	(383.875)	
Sector Público-Estatal	(1.738.427)	(2.484.861)	
Forcedores	(15.894.937)	(50.843.529)	
Emprestimos Obtidos	3.475.299	3.291.467	
Outros Créditos	(17.311.589)	71.649.015	
Outros Créditos	(20.120.871)	29.344.134	
INSS - Contribuições e Adicionais	1.851.422.915	(731.652.375)	
INSS - Contribuições e Adicionais	(189.391)	32.180	
Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais	5.879.389.635	7.238.064.345	
Fluxo de caixa de actividades de investimento			
Imobilizações Financeiras	(1.813.290.761)	(6.794.614.427)	
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	1.885.549.320	216.476.194	
Reservas de Impostos de Imposto	(86.445.943)	-	
Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento	(823.195.824)	(6.488.938.233)	
Fluxo de caixa de actividades de financiamento			
Adicionalmente com Caixões	693.683	(445.529)	
Fluxo de caixa líquido das actividades de financiamento	693.683	(445.529)	
Fluxo de caixa total das actividades operacionais, investimento, e financiamento	4.750.240.135	2.749.620.982	
Variação da caixa e seus equivalentes	4.750.240.135	2.749.620.982	
Variação da caixa e seus equivalentes no início do período	25.389.549.689	22.639.728.817	
Variação da caixa e seus equivalentes no final do período	30.139.789.824	25.389.349.800	

VI. iv. Mapa de Mutação de Valores

DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2019	VARIÁÇÕES	
			PARA +	PARA -
ACTIVO				
GRUPO I				
DISPONIBILIDADE				
Caixa	41.609	30.779	10.830	-
Depósitos a prazo	9.257.370.411	7.999.470.549	1.257.899.862	-
Depósitos a curto prazo	22.992.842.844	22.219.460.202	7.733.382.642	-
Depósitos a longo prazo	4.452.282.477	2.272.886.741	2.179.395.736	-
CRÉDITOS A CURTO PRAZO				
Contribuintes	337.117.900	337.261.943	(144.043)	-
Depositos por Rendimentos Amortizações	222.634.999	222.305.677	329.322	-
Outros Devedores	120.299	432.399	(312.100)	-
Impostos Antecipados	7.247.262.003	8.322.240.651	(1.074.978.648)	-
EXISTÊNCIAS				
Moedas	120.299	432.399	(312.100)	-
TOTAL DO GRUPO I	37.769.512.434	33.543.088.307	4.226.424.127	41.876.817
GRUPO II				
CRÉDITOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS				
Imobilizações Financeiras	14.275.329.341	12.344.192.500	1.931.136.841	-
Imobilizações Corpóreas	3.000.000	7.000.000	(4.000.000)	-
Imobilizações Incorpóreas	190.309.426	380.271.411	(189.961.985)	-
Imobilizações em curso	3.735.550.709	2.565.610.074	1.169.940.635	-
Outros Passivos	24.844.244	18.387.313	6.456.931	-
TOTAL DO GRUPO II	24.811.404.144	22.099.990.442	2.706.403.701	24.897.885
TOTAL DO GRUPO I + II	62.579.734.584	55.643.078.749	6.932.827.828	66.774.703
PASSIVO				
GRUPO I				
DÉBITO A CURTO PRAZO				
Dep. Com População Activa - Prestações a Pagar	31.474.044	49.204.083	(17.730.039)	-
Depositos com Prestação Antecipada - Prestações a pagar	8.705.291	34.932.330	(26.227.039)	-
Depositos com Prestação Antecipada - Prestações a receber	52.473.813	56.345.790	(3.871.977)	-
Depositos com Acção Sanitária Social	1.256.149	2.020.254	(764.105)	-
Prestações em Prestação	42.293.124	44.313.102	(2.020.000)	-
Sector Público-Estatal	49.256.729	39.341.782	9.914.947	-
Forcedores	16.379.740	18.393.369	(2.013.629)	-
Adicionalmente com Caixões	2.899.333	1.738.020	1.161.313	-
Emprestimos Obtidos	34.337.504	71.649.015	(37.311.511)	-
Outros Créditos	31.184.390	71.795.742	(40.611.352)	-
Contribuições e Adicionais	4.432.282.477	2.272.886.741	2.159.395.736	-
TOTAL DO GRUPO I	4.759.594.108	3.028.722.809	1.730.871.299	144.940.109
GRUPO II				
Amortizações Reintegradas	1.794.191.734	1.314.914.352	479.277.382	-
TOTAL	1.764.491.734	1.554.884.052	209.607.682	-
RECEITAS ANTECIPADAS				
Receitas Antecipadas	22.780	212.101	(189.321)	-
TOTAL DO GRUPO I + II	22.780	212.101	(189.321)	-
SITUAÇÃO LÍQUIDA				
Provisões	4.801.834.302	3.899.510.919	9.023.383	-
Reservas de Sistema	34.249.315.415	29.168.472.387	5.080.843.028	-
Reservas de Capital	1.365.419.630	1.084.216.389	281.203.241	-
Resultados Transfidos	7.436.142.108	7.436.745.449	(603.343)	-
Resultados Líquidos	5.479.389.635	7.185.219.679	(1.705.830.044)	-
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	54.736.514.024	49.057.259.827	5.679.254.197	1.899.899.124
TOTAL DO GRUPO I + II	60.502.128.476	54.270.338.646	6.272.785.830	1.944.688.248
TOTAL DO PASSIVO + SITUAÇÃO LÍQUIDA	62.279.734.584	55.643.078.749	6.636.655.835	66.774.703

VII - Notas às Demonstrações Financeiras

Introdução

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), é uma entidade pública criada pelo Decreto nº 17/88, de 27 de Dezembro, como instituição gestora do regime de Segurança Social Obrigatória, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e de património próprio. O INSS é tutelado pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social.

O Sistema de Segurança Social visa, garantir a prestação da assistência aos trabalhadores em casos de doença, acidente, maternidade, invalidez, velhice bem como aos seus familiares, em casos de morte e outros a definir futuramente, atendendo às possibilidades económicas do País e à capacidade administrativa do próprio sistema.

7. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas Específico para o Sistema de Segurança Social, aprovado por Despacho Ministerial de 31 de Janeiro de 1990.

As Notas às demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base formatos geralmente adoptados em Moçambique, com as necessárias adaptações, de forma a facilitar a sua leitura e compreensão, tendo em conta o escopo do negócio do INSS.

7.1 Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados

As principais políticas contabilísticas mais significativas utilizadas nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

(a) Custo histórico

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância do princípio da convenção do custo histórico, exceptuando determinadas contas cujo método de registo vem expressamente referido.

(b) Saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (diferente do Metical) são registadas para Metical ao câmbio da data da transação usando o câmbio do BIM.

Os activos e passivos monetários em moeda estrangeira à data de balanço são convertidos para Metical à taxa de câmbio do BIM da data do balanço. Os ganhos e perdas cambiais apurados nas datas dos pagamentos e recebimentos, bem como a actualização dos saldos na data do balanço, são reconhecidos na conta Resultados Extraordinários do Exercício.

(c) Imobilizações Financeiras

As imobilizações financeiras, que representam os investimentos financeiros do INSS estão registadas ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade acumuladas, com excepção das partes de capital em empresas cotadas, que são reconhecidas ao seu justo valor.

(d) Imobilizado Corpóreo

O Imobilizado Corpóreo é registado inicialmente ao custo de aquisição, acrescido das despesas adicionais de compra e instalação, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Depois do reconhecimento inicial, os itens de imobilizado corpóreo são sujeitos a uma reavaliação por um avaliador independente em intervalos regulares de 5 (cinco) em cinco anos. O resultado da reavaliação é registado por contrapartida de reserva de reavaliação em capitais próprios e realizado anualmente na mesma proporção das amortizações do exercício desses itens reavaliados.

(e) Imobilizado Incorpóreo

DIVULGAÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS 2020



Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020

Modernizar Para Melhor Servir

Nota-se um aumento no saldo de 2.510.682MT. No decorrer do exercício, a provisão para a cobertura dos riscos para devedores em imparidade aumentou em 30.958.362MT, tendo-se situado em 365.093.690MT no final do exercício. A tabela a seguir apresenta a decomposição do saldo:

Outros Devedores	Valores em Metical	
	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Adiantamento ao Pessoal	37.285.154	26.588.499
Saneamento	-	2.032.728
Delegações	85.945.828	102.033.110
Alienação de Viaturas	9.238.340	9.372.856
Outros Devedores Diversos	755.238.627	714.211.712
Total Bruto	887.707.949	854.238.905
Provisão para Outros Devedores	(365.093.390)	(334.135.028)
Total Líquido	522.614.559	520.103.877

A provisão para Outros devedores decompõem-se como se segue:

Disponibilidade	Valores em metical	
	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Saldo inicial	334.135.028	250.731.756
Reforço	37.405.875	83.403.272
Reversões/ajustamento	(6.447.513)	-
Saldo final	365.093.390	334.135.028

7.6 Existências

O saldo das existências, no montante de 420.679MT (2019: 432.890MT), refere-se ao inventário de brochuras de legislação sobre o Sistema.

7.7 Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

No presente exercício, de entre várias realizações registadas nesta rubrica, destaca-se a conclusão do edifício da Delegação Distrital de Matutuíne que foi transferido de imobilizado em curso para construído.

Imobilizado	Valores em Metical				
	2020	Nota Suplementar	Alterações	Reclassificações	Transferências
Capital					2019
Terras e recursos Naturais	286.130	0	-	-	286.130
Edifícios e outras construções	6.267.403.281	241.702.000	-	-	6.509.105.281
Equipamento de Transporte	544.973.942	48.613.310	-	-	593.587.252
Equipamento Administrativo e Mobiliário Diverso	522.474.105	17.184.416	-	-	539.658.521
Outros Bens Imobilizados	48.926.484	8.112.244	-	-	57.038.728
Software - SSSMO	80.213.825	85.476.739	100.428.224	-	266.118.788
Estados e passivos	11.428.233	(2.610.011)	-	-	8.818.222
Contas Parciais	28.646.185	10.969.479	28.849.002	-	68.464.666
Imobilizações em Curso	2.710.153.706	293.256.133	-	-	2.999.409.839
Total Bruto	18.236.698.823	629.892.958	139.496.864	-	19.006.088.645
Amortizações Acumuladas	31-12-2020	Exercício	Alterações	Reclassificações	31-12-2019
Terras e recursos Naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	912.618.818	125.479.810	-	-	1.038.098.628
Equipamento de Transporte	446.263.338	60.255.915	-	-	506.519.253
Equipamento Administrativo e Mobiliário Diverso	375.481.877	36.839.848	-	-	412.321.725
Outros Bens Imobilizados	30.237.607	7.381.204	-	-	37.618.811
Imobilizações Incorpóreas	-	135.935.668	-	-	135.935.668
Total Amortizações	(3.764.601.760)	365.902.726	-	-	(3.398.699.034)
Imparidade	(11.206.121.689)	-	-	-	(11.206.121.689)
Total Líquido	7.265.975.374	263.990.232	139.496.864	-	7.670.462.530

Adições em edifícios e outras construções representa o desembolso parcial sob forma de Dação de imóveis do Extinto Nosso Banco no qual o INSS era acionista.

Adições em imobilizações em curso corresponde a construção do edifício sede da Delegação Provincial de Cabo Delgado, Delegação Distrital de Buzi e Delegação Distrital de Angoché

As amortizações da rubrica de imobilizações incorpórea (Software - SSSMO), ascenderam a 100.428.224 dos 74.938.077 referem a imobilizações transferidas de 2019 e 28.490.248 refer-se a amortizações de aquisições do período.

As Amortizações e Reintegrações do Exercício em análise ascenderam a 385.302.720MT (2019: 490.032.550MT), o que representa uma diminuição de 104.729.830MT, devido a existência de bens cuja a sua vida útil chegou ao fim no exercício de 2019.

7.8 Imobilizações Financeiras

A rubrica de Imobilizações Financeiras para o presente exercício económico foi reavaliada em função do desempenho específico das Sociedades Participadas, sendo que a posição financeira é de 13.223.140.727MT (2019: 11.412.850.026MT), tendo-se registado 748.843.485MT como perdas por imparidades acumuladas de exercícios anteriores e 469.057.237MT no presente exercício. A sua composição está conforme a tabela que se segue:

IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS	% de Participação	Valores em Metical			
		Valor Reavaliado 2020	Valor ao custo histórico 2020	Valor Reavaliado 2019	Valor ao custo histórico 2019
IFIM - Banco Internacional de Moçambique	4,95%	1.660.149.366	222.780.988	1.660.546.502	222.780.988
Obrigações e Bilhetes de Tesouro	-	8.602.830.874	8.602.830.874	6.300.667.800	6.300.667.800
Ex - Nímo Banco	-	452.903.947	452.903.947	452.903.947	452.903.947
MCS - Moçambique Companhia de Seguros	4,22%	7.268.689	7.268.689	7.268.689	7.268.689
CDM - Companhia de Moçambique	2,52%	396.910.379	396.910.379	362.433.338	362.433.338
CM Hidrocarbonetos	4,36%	690.375.480	66.176.501	829.412.410	66.176.501
Epilink	13,74%	108.743.960	182.256	108.743.960	182.256
Banco Uniao	2,44%	87.927.264	66.747.000	74.880.612	66.747.000
Cete	30%	366.212.000	366.212.000	366.212.000	366.212.000
IFCB - Hidroelétrica de Cahora Bassa	1,37%	1.295.881.642	1.285.881.648	1.987.218.558	1.295.881.648
BEVIMO-Banco Vário de Moçambique	19%	126.225.000	126.225.000	-	-
Sub-Total	-	14.279.328.845	11.606.019.663	12.206.993.808	9.179.627.389
Provisão por Participações Financeiras	-	(1.052.187.618)	-	(903.343.482)	-
Total Líquido	-	13.223.140.727	11.606.019.663	11.303.650.326	9.179.627.389

A provisão para para imobilizações financeiras decompõem-se como se segue:

Disponibilidade	Valores em metical	
	31-Dez-2020	31-Dez-2019
Saldo inicial	903.343.482	880.976.958
Reforço	148.844.136	22.364.524
Reversões/ajustamento	-	-
Saldo final	1.052.187.618	903.343.482

7.9 Despesas Antecipadas

O saldo de Despesas antecipadas, no montante de 4.450.240MT (2019: 23.771.499MT), representa as despesas liquidadas no exercício e que dizem respeito ao ano seguinte.

7.10 Despesas com População Activa - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 31.647.064MT (2019: 49.204.593MT) representa os valores retidos pelos centralizadores para pagamento de prestações aos beneficiários. Comparativamente ao exercício anterior reduziu em 17.550.529MT.

7.11 Despesas com Pensões - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 6.959.291MT (2019: 94.933.335MT), representa o valor das pensões processadas e não reclamadas por legítimos beneficiários após a entrada em prescrição. Comparativamente ao exercício anterior reduziu em 87.974.044MT.

7.12 Despesas com Subsídio por Morte - Prestações a Pagar

O saldo desta conta, no montante de 52.473.812MT (2019: 50.345.790MT), representa o valor dos subsídios por morte processados, que à data de encerramento do exercício findo em 31 de Dezembro, ainda não haviam sido pagos. Comparativamente ao exercício anterior a conta aumentou em 2.128.022MT.

7.13 Despesas com Acção Sanitária e Social

O saldo desta conta, no valor de 1.756.149MT (2019: 2.020.928MT), é referente às despesas processadas e ainda não pagas, destinadas a atender carências específicas das famílias e da comunidade. Em relação ao exercício anterior, diminuiu em 264.779MT.

7.14 Prestações em Prescrição

O saldo desta conta, no montante de 42.293.125MT (2019: 44.031.552MT), representa as prestações processadas nas contas pagadoras precedentes desta, que, no entanto, não foram ainda reclamadas, aguardando o prazo legal de prescrição (prazo de prescrição igual a três anos, conforme o nº 2 do art.30, da Lei 4/2007 de Fevereiro). Relativamente ao ano anterior, diminuiu em 1.738.427MT.

7.15 Sector Público Estatal

Esta rubrica regista as operações inerentes à liquidação de taxas, contribuições, quotizações à administração Central e Local e outros organismos afins. O seu saldo ascende a 49.256.719MT (2019: 33.361.782MT), o que comparativamente a 2019 representa um aumento de 15.894.937MT.

7.16 Fornecedores

O saldo desta conta, no valor de 14.579.768MT (2019: 10.903.969MT), representa os encargos assumidos e não liquidados no exercício, referentes a fornecedores por terceiros de bens e serviços, o que comparativamente a 2020 representa um aumento de 3.675.799MT

7.17 Empréstimos Obtidos

O saldo desta conta, no montante de 54.337.506MT (2019: 71.649.015MT), representam locações financeiras para equipamento de transporte, obtidas junto da Banca Comercial à taxa de juro Prime Rate do Sistema Financeiro publicado pelo Banco de Moçambique, deduzido de um spread de -2% (menos dois por cento), com datas início de 12 de Abril, 24 de Maio, 1 de Julho, 12 de Novembro e 30 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2021 respectivamente. Com duração de 24 meses.

7.18 Adjuatários com Cauções

O saldo desta conta, no valor de 2.400.303MT (2019: 1.706.620MT), representa o valor das garantias bancárias dos fornecedores e de outros devedores credores diversos, o que comparativamente a 2019 representa um aumento de 693.683MT.

7.19 Outros Credores

O saldo desta conta, no montante de 51.584.892MT (2019: 71.699.263MT), representa os movimentos com terceiros não abrangidos por qualquer uma das contas precedentes desta classe.

A tabela a seguir demonstra a composição do saldo:

Outros Credores	Valores em Metical	
	2020	2019
Remunerações a Pagar	261.842	0
Fundo dos Funcionários do INSS	2.619.674	2.209.899
Contribuições a Restituir	8.003.295	1.587.150
Credores Diversos	40.700.081	67.902.214
Total	51.584.892	71.699.263

7.20 INSS - Contribuições e Adicionais

O saldo desta conta, no montante de 4.452.282.477MT (2019: 2.598.859.562MT), indica a diferença entre as contribuições efectivamente recebidas através das guias de depósito e as declaradas nas remunerações. Comparativamente ao exercício anterior aumentou em 1.853.422.915MT.

7.21 Receitas Antecipadas

As receitas antecipadas ascenderam a 22.761MT (2019: 212.351MT) e dizem respeito às receitas recebidas no exercício, cujo proveito só será reconhecido no exercício seguinte.

7.22 Reservas

Não estando determinado por lei o aumento do valor do activo imobilizado bem como da cobertura actuarial dos regimes de prestação social não compreendidos no Sistema de Segurança Social, não foram criadas as Reservas de Reavaliação de Imobilizações e Reservas Gerais do Sistema, respectivamente, nos termos definidos nos artigos nºs 38 e 39, do Diploma Ministerial nº 45/90, de 9 de Maio.

A conta de reservas compreende as reservas técnicas e de capital, como ilustra o quadro abaixo:

Descrição	Valores em Metical	
	2020	2019
Reservas Técnicas	11711	11711
Reserva de Despesa	1.079.229.114	525.721.334
Reserva de Provisões por Imparidade	1.552.869.216	1.365.795.009
Reserva de Faltas	11.120.235.891	10.249.065.154
Reserva Geral de Segurança	21.506.943.234	15.421.942.058
Total Bruto	34.281.278.614	28.568.473.554
Reservas de Reavaliação de Imobilizado	1.255.833.640	1.194.262.916
Imparidade e outras correções	47.077.278	47.077.278
Imparidade por Imparidade	59.676	59.676
Imparidade de Transporte	530.674	530.674
Imparidade de Despesa	1.542.218.772	1.616.513.916
Total Líquido	37.614.126.265	30.382.728.940

De acordo com a tabela acima, o saldo das reservas observou um aumento na ordem de 24,65%, se comparado com o período anterior.

7.23 Contribuições do Regime

Regista-se nesta conta o valor das contribuições arrecadadas no exercício, provenientes do regime geral e de outros regimes abrangidos pelo sistema, o qual é distribuído pelos ramos doença (1%), pensões (3,25%), morte (1%) e administração (1,75%), de acordo com as percentagens legalmente definidas. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, a receita de contribuições foi de 11.705.214.356MT (2019: 10.964.691.670MT), representando um aumento na ordem de 6,75% em relação ao ano de 2019.

7.24 Outras Receitas

A conta de outras receitas apresenta-se como segue:

Descrição	Valores em Metical		Variação	
	2020	2019	Absoluta	%
Outras Receitas				
Vendas	67.600	44.050	23.550	53,46%
Receitas Financeiras Correntes	3.320.652.633	2.971.310.038	349.342.595	11,76%
Receitas Suplementares	44.771.972	57.475.986	-12.704.014	-22,10%
Receitas de Acção Sanitária e Social	182.532.582	229.128.039	-46.595.457	-20,34%
Outras Receitas	2.141.628	4.476.524	-2.334.896	-52,16%
Total Bruto	3.550.166.415	3.262.434.637	287.731.778	8,82%

Vendas - Regista as vendas de brochuras da legislação de Segurança Social.

Receitas Financeiras Correntes - Regista os juros vencidos de depósitos ao termo (19.281.796MT), depósitos a prazo (2.370.086.595), juros de obrigações e bilhetes do tesouro (912.967.220MT), Rendimentos de aplicações em Papel Comercial, diferenças de câmbio favoráveis (18.317.023MT).

Receitas Suplementares - Regista os proveitos que resultam de arrendamento de imóveis do INSS e do património do Ex-FAST, nomeadamente edifício Sede, edifício de Chimio, edifício de Lichinga, Pousada de Chôckwe, Fabrica de Refeições de Maputo e Centro de Repouso de Namaacha, Condomínio Mulala Residence, Centro de Conferência Regional de Gaza.

Receitas com Acção Sanitária e Social - Regista o valor das prestações prescritas (processadas e não reclamadas dentro do prazo legal de prescrição), e os proveitos resultantes da aplicação de multas e juros de mora.

Outras Receitas - Regista o valor da venda de cadernos de encargo e outros proveitos não cobertos pelas contas precedentes desta classe.

Complementando o atrás descrito, o quadro a seguir sintetiza a estrutura das receitas e a sua evolução, no biénio 2020/2019:

Descrição	Valores em Metical		Variação	
	2020	2019	Absoluta	%
Receitas Correntes				
Contribuições	11.705.214.356	10.964.691.670	740.522.686	6,75
Vendas	67.600	44.050	23.550	53,46
Receitas Financeiras Correntes	3.320.652.633	2.971.310.038	349.342.595	11,76
Receitas Suplementares	44.771.972	57.475.986	-12.704.014	-22,10
Receitas de Acção Sanitária e Social	182.532.582	229.128.039	-46.595.457	-20,34
Outras Receitas	2.141.628	4.476.524	-2.334.896	-52,16
Total Bruto	15.255.380.771	14.227.126.307	1.028.254.464	7,23

DIVULGAÇÃO

RELATÓRIO & CONTAS 2020

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2020



7.25 Prestações do Regime (as Prestações referidas neste número incluem Pensões e subsídios)

As Prestações do Regime compreendem o pagamento de despesas abrangidas pelo Sistema de Segurança Social, previstas na lei do mesmo Sistema, as quais se apresentam como segue:

Descrição	Valores em Meticals		Variação	
	2020	2019	Absoluta	%
Prestações do Regime				
Despesas com População Activa (doença)	299.271.295	335.692.758	-36.421.463	10,85%
Despesas com Pensões	5.407.467.837	4.398.230.407	1.009.237.430	22,95%
Despesas com Subsídio por Morte	201.038.216	191.101.589	9.936.627	5,20%
Despesas com acção Sanitária e Social	-	15.416.238	-15.416.238	-
Total Bruto	5.907.777.348	4.940.440.992	967.336.357	19,59%

7.26 Despesas Administrativas

As Despesas Administrativas compreendem as despesas correntes de funcionamento e outras de capital, conforme a seguir se apresenta:

Descrição	Valores em Meticals		Variação	
	2020	2019	Absoluta	%
Despesas com Acção Sanitária e Social	13.615.401	-	13.615.401	-
Custo de Existência Venda, Consumida	12.212	44.090	-35.879	-72,28
Fornecimentos e serviços de terceiros	374.772.373	431.322.211	-56.549.838	-13,11%
Despesas com Pessoal	1.819.793.977	1.827.197.317	-7.403.340	-0,41%
Despesas Financeiras	42.843.897	64.224.204	-21.380.307	-33,29%
Outras Despesas e encargos	139.790	1.159.330	-1.019.540	-87,90%
Total Bruto	2.251.177.650	2.323.943.112	-72.765.462	-3,1%

Complementando o atrás descrito, o quadro abaixo sintetiza a estrutura das despesas e a sua evolução no biénio 2020/2019. Importa referir que as Despesas Administrativas de 2020 incluem o valor das Despesas Com Acção Sanitária e Social.

Evolução das Prestações de Regime e Despesas Administrativas	Valores em Meticals		Variação	
	2020	2019	Absoluta	%
Despesas com População Activa (doença)	299.271.295	335.692.758	-36.421.463	10,85%
Despesas com Pensões	5.407.467.837	4.398.230.407	1.009.237.430	22,95%
Despesas com Subsídio por Morte	201.038.216	191.101.589	9.936.626	5,20%
Despesas Com Acção Sanitária e Social Administrativas	-	15.416.238	-15.416.238	-
Total Bruto	8.156.954.997	7.264.394.314	894.570.693	12,53%

7.27 Provisões e Perdas por Imparidade do Exercício

O saldo total das provisões foi de 1.516.381.069 MT (2019: 39.114.936MT), sendo que, as Imobilizações Financeiras tiveram como base a reversão das provisões da Moçambique companhia de Seguros - MCS 378.714MT, e a criação da provisão da Cervejas de Moçambique - CDM de 149.222.850MT, decorrentes da descida do preço de Mercado das Acções da CDM para 60MT contra os 136.5MT em 2019, as Imobilizações Corporais incidiram sobre a obra em letifício no valor 1.330.131.058 MT e os outros credores no valor de 37.405.875MT.

A tabela abaixo ilustra a sua composição.

Descrição	2020	2019
Imparidades		
Reversão da Provisão	(378.714)	-73.490.858
Imobilizações Financeiras	149.222.850	22.364.524
Imobilizações Corporais	1.330.131.058	-
Outros Devedores	37.405.875	83.403.272
Despesas Antecipadas	-	1.514.523
Outras Provisões	-	5.323.475
Total	1.516.381.069	39.114.936

7.28 Resultados Extraordinários do Exercício

O saldo desta conta é devedor no montante de 536.857.893MT (2019: 649.743.134MT Credor), compreende as operações que não fazem parte da actividade normal do Instituto nomeadamente a receita proveniente de abate de bens, juros de mora no pagamento de rendas de inquilinos, diferenças câmbios e alienação de viaturas.

7.29 Resultados Imputáveis a Exercícios Anteriores

O saldo desta conta é credor no montante de 1.021.884.249 (2019: 101.881.828MT credor), compreende as regularizações respeitantes a exercícios anteriores, incluindo, nomeadamente, a recuperação de processamento de custos e proveitos não reconhecidos nos exercícios a que dizem respeito.

7.30 Resultado Líquido do Exercício

O Resultado líquido do exercício corresponde ao crédito entre os custos mais perdas e proveitos acrescidos de ganhos, registados durante o exercício, totalizando 5.679.389.637MT (2019: 7.185.219.679MT). Refira-se que o resultado apresentado corresponde a uma redução em relação ao exercício anterior na ordem de 20.96%.

VIII - Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos de disposto nos nºs 1 a 4 do artigo 112, do decreto nº 51/2017, de 9 de Outubro, propõe-se a seguinte aplicação dos Resultados do Exercício, conforme se ilustra no quadro abaixo:

Proposta de Aplicação de Resultados	
Descrição	Valores em Meticals
Reserva Ramo Doença	293.486.466
Reserva Ramo Morte	189.303.325
Reserva Ramo Pensões	27.095.970
Reserva Geral do Sistema	5.189.503.876
Resultado Líquido	5.679.389.637

Maputo, 18 de Abril de 2022



O Director do IANSS
 João Custódio Muianga
 (Director Superior IV)

Publicidade

Publicidade

DIVULGAÇÃO



UNIVERSIDADE ALBERTO CHIPANDE

Engajada No Desenvolvimento Científico



Universidade Alberto Chipande celebra 14 anos

O compromisso com o futuro de Moçambique

1. Breve Introdução

Havendo necessidade de expandir o acesso ao ensino superior em Moçambique, o Conselho de Ministros da República de Moçambique, através do Decreto nº 81/2021, de 8 de Outubro, autorizou a Globalvisa Protocolos, Lda., com sede na Cidade da Beira, Província de Sofala, a criar uma instituição de Ensino Superior de Classe A, designada por Universidade Alberto Chipande, com a sigla UNIAC. Nesta conformidade, a Universidade Alberto Chipande é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica e goza de autonomia

estatutária e regulamentar, científica, pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. A Universidade Alberto Chipande é, ainda, uma instituição Universitária, de direito privado, criada pela empresa instituidora, Globalvisa Protocolos, Lda., de acordo com os poderes a esta última atribuídos pelo Decreto n.º 81/2021 de 8 de Outubro, publicado no Boletim da República de Moçambique. A Universidade tem a sua sede na Cidade da Beira e as suas actividades são de âmbito nacional e desenvolvem-se em todo o território da República de Moçambique.

2. Desenvolvimento Institucional

A Universidade Alberto Chipande sucede ao ISCTAC – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia Alberto Chipande, fundado em 2008, com sede na cidade da Beira, Província de Sofala. Esta universidade disponibiliza 35 cursos dos quais 23 são de Licenciatura e 12 de Mestrado, estando presentes igualmente nas cidades da Beira, Maputo e Pemba.

2.1. Cooperação e Desenvolvimento Internacional

Tendo em vista a sua integração na comunidade das universidades a nível

internacional, a UniAC foi incorporada na AULP (*Associação das Universidades da Língua Portuguesa*), conforme se pode constatar pelo ofício dessa associação que dá conta dessa deliberação tomada na reunião a 17 de Setembro de 2021, em Macau, RAEM China, no XXX Encontro da AULP. Essa deliberação dada a conhecer pelo ofício dirigido ao Magnífico Reitor da Universidade, Professor Doutor Rizuane Mubarak, face “ao cumprimento dos requisitos estatutários de adesão como Membro Titular de pleno direito, conforme previsto no Capítulo II, Art.º, 4º dos Estatutos”

DIVULGAÇÃO



Assinatura do memoradum de entendimento entre a Universidade Alberto Chipande e o Instituto Politécnico de Lisboa, na Universidade de Coimbra no dia 14 de Julho de 2022

Esta associação internacional de universidades envolve os oito Países de Língua Portuguesa e a região Administrativa Especial de Macau, que, conforme é referido no citado ofício, expressa uma “participação activa da Vossa Instituição, que seguramente será muito útil para todos nós”.

Como consequência dessa associação, 2 estudantes do curso de Medicina Geral da UniAC vão, em finais do próximo mês de Agosto, para a Universidade Nova de Lisboa, a fim de dar continuidade à sua formação no âmbito da mobilidade académica. Por sua vez, a UniAC vai receber 2 cidadãos brasileiros do 2º ano para continuação da sua formação por via de mobilidade académica internacional (vide Carta de Adesão). Neste mesmo sentido, destaca-se o significativo Protocolo de Entendimento entre o Instituto Politécnico de Lisboa e a UniAC, conforme se pode constatar pelo respectivo “Acordo Geral de Cooperação entre o Instituto Politécnico de Lisboa e a Universidade Alberto Chipande”.

Consta nesse acordo, como expressa a cláusula primeira, que o objectivo é “promover e aprofundar a cooperação entre as duas instituições signatárias com o fim de realizar conjuntamente actividades de índole académica, científica e cultural”. Por sua vez, na cláusula segunda do referido Protocolo, as acções de cooperação a empreender, sem prejuízo de outras que no futuro venham a ser definidas, abrangendo as seguintes áreas: “Investigação e Docência”; “Cooperação Técnica” e “Projectos Conjuntos”.

Em síntese, a cooperação internacional com outras instituições universitárias, nacionais ou estrangeiras, constitui uma condição fundamental para se atingirem parâmetros formati-

vos dos nossos formandos que valorizam aos nossos estudantes e também ao nosso país.

A Universidade Alberto Chipande, sediada na Cidade da Beira, Província de Sofala, vocacionada para o Ensino, Pesquisa e Extensão, possui, entre outras faculdades, a Faculdade de Engenharia e Tecnologia. Por sua vez, esta Faculdade, tem dois cursos na área da engenharia, designadamente: Engenharia de Computadores e Sistemas e Engenharia Agropecuária. Esta Faculdade encontra-se localizada nas delegações da UniAC da Beira e Pemba. Tratando-se de uma instituição de ensino superior perspectiva-se uma significativa contribuição com produção científica e a extensão das suas actividades para fora dos seus espaços físicos, ligando o curso às escolas e às comunidades, através de trabalhos de extensão rural, investigação, produção e publicação de trabalhos científicos e, finalmente, a transferência de tecnologia. O estágio actual da indústria alimentícia é caracterizado pela insuficiência de produtos alimentares em quantidade e qualidade que satisfaçam as necessidades do país. A insuficiência de técnicos especializados em quantidade e qualidade aceitável resulta na importação de grandes quantidades de alimentos que, com a necessária formação técnica e científica, poderiam ser produzidos no país. A formação nesta área permite melhorar a dieta dos moçambicanos, e/ou diminuir as importações de bens essenciais alimentares. E, porque os formandos terão uma competente formação em auto-emprego, poderá aumentar o número de pequenas empresas agrícolas e o emprego rural pela criação dos novos empreendimentos. Para atingir este objectivo e pressuposto, o curso de Agropecuária da UniAC respeita a legislação vigente e terá um núcleo de disciplinas de formação geral básica, um núcleo de conteúdos de âmbito e de formação prá-

tica, profissionalizante, ambos de carácter multidisciplinar, que permitirá a troca de conhecimentos e recursos humanos entre as diferentes áreas abordadas, visando o complemento de conhecimentos



DIVULGAÇÃO



Faculdade de Ciências e Tecnologias da UniAC possui campos agrários em Dondo, Pemba e Cafumpe. O Campo Agropecuário de Dondo compreende uma área de 10 hectares. De um lado estão os currais para o gado e capoeiras para as aves; de outro, está a horta em que se cultivam as hortícolas, tais como: couve, alface, tomate, cenoura e

cebola. Em termos numéricos, existem no campo Agropecuário de Dondo, 28 “gados de corte”, 19 patos, 69 ovinos, 61 caprinos e 7 cavalos. O campo agropecuário de Pemba fica localizado numa área equivalente a 12 hectares. Para além de gado bovino (9), ovino (33) e caprino (16), produz-se tomate, couve e beringelas. Há

também a destacar o campo de extensão Agropecuário de Cafumpe, localizado no distrito de Gondola, província de Manica. Este campo estende-se numa área de 4 hectares. Para além da Moringa, existem árvores de frutas tais como laranjeiras, tangerineiras, limoeiros e mangueiras. Para a presente safra, produziu-se também milho. Numa primeira fase, os produtos destes campos irão para o consumo em pequena escala – a nível das comunidades circunvizinhas – e, mais tarde, com o aumento da produção, o objectivo será alimentar as pequenas e médias indústrias.



Alguns depoimentos sobre o Percurso Formativo na Universidade Alberto Chipande

Armindo Chicava, um médico forjado na dedicação

Dr. Armindo Chicava, Médico Formado pelo ISCTAC-Delegação de Pemba

Armindo Chicava ingressou na instituição em 2010 para cursar Psicologia Clínica. Mas, com a abertura do curso de Medicina Geral, em 2011, o Dr. Armindo Chicava decidiu mudar de curso e seguir com o seu sonho de ser Médico. Esta decisão teve contornos pouco fáceis, porque “havia vozes” que diziam que gastaria dinheiro com o pagamento das mensalidades, pois o curso e o diploma “não seriam reconhecidos porque a instituição não era credível”. Contudo, Armindo seguiu firme no seu sonho de ser médico. Após o início das aulas, percebeu que tudo o que se falava não constituía verdade. Pelo contrário, percebeu

que o curso que escolheu exigiria dele e de outros colegas de formação muito esforço.

Durante os anos de formação foram vários os desafios enfrentados, onde se destacou o facto de ter de se mudar numa cidade com hospital central, na altura o contrato que havia sido firmado era com o Hospital Central da Beira para que fosse possível dar seguimento com o ciclo clínico. Armindo afirma que, na cidade da Beira, teve seguimento com os melhores professores que lhe permitiram concluir o curso em tempo útil e sem passar por algum exame de recurso.

Com a implementação do exame de acesso como requisito para ingressar na ordem dos médicos, viu uma oportunida-

de de mostrar que quem faz o estudante de qualidade “não é o nome da instituição de ensino, as infraestruturas próprias ou alugadas, mas o empenho e dedicação dos estudantes e professores”. A prova disto, Armindo, vindo do ISCTAC, uma instituição jovem, ingressou na ordem dos médicos e passou com distinção. Todas estas fases foram determinantes para o meu crescimento pessoal e profissional. E nada foi fácil de ser conquistado.

Desde sempre, diz o médico, foi uma pessoa muito disciplinada e focada no que queria alcançar. “Então, o que posso dizer é que sempre que uma oportunidade se apresentou, eu aproveitei da melhor forma possível, sempre atento naquilo poderia contribuir para o meu conhecimento e desenvolvimento”.



Hoje, o Dr. Armindo Chicava ocupa o cargo de Director dos Serviços Distritais de Saúde Mulher e Acção Social de Pemba, docente e Médico.

José Gonçalves, um estudante que se tornou empreendedor

José Gonçalves fez seu grau de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos no ISCTAC-Delegação da Beira. Não foi a primeira vez. Antes, licenciou-se em Contabilidade e Auditoria pela mesma instituição.

Durante a formação, Gonçalves obteve destaque no seio académico, não obstante os desafios da caminhada. Foi sempre de cair, levantar, limpar os ombros e continuar a caminhar. E chegou a

ser considerado um dos melhores estudantes da instituição.

Como resultado de seu empenho durante a sua formação, animado pelo desejo de pôr em prática o aprendizado, Gonçalves abriu uma empresa especializada na construção de pequenas e grandes empresas, denominada CGL, LIMITADA, sediada na cidade da Beira. A empresa, constituída em 2010, presta serviço a pelo menos 61 empresas nos

ramos de contabilidade, recursos humanos, assessoria e auditoria.

A empresa iniciou apenas com dois trabalhadores, a residência de Gonçalves funcionava como escritórios. Actualmente, a empresa emprega doze trabalhadores, dos quais seis são técnico médio em contabilidade, dois em gestão de recursos humanos, dois em contabilidade e dois auxiliares de escritório. Um estudante que se tornou empreendedor.



DIVULGAÇÃO

Msc. Rogério Jorge Tiago Jaime Ex estudante do ISCTAC

Rogério Jorge Tiago Jaime, foi pioneiro em 2009 aquando da implantação da delegação de Pemba no curso de licenciatura em ciências jurídicas e investigação criminal. Já assumiu o cargo de Director Provincial de Ciências e Tecnologia e agora assume o cargo de Chefe de Departamento do ensino Superior em Cabo-Delgado. Este considera a implantação desta delegação, foi como um balão de oxigénio, pois permitiu que funcionários públicos que na altura não tinham oportunidade de dar continuidade dos seus estudos no período pós-laboral pudessem o fazer.

Por se tratar de uma instituição nova pairaram dúvidas sobre a credibilidade da instituição, mas estes procuraram acreditar tendo em conta o nível dos docentes que lecionavam pese embora as salas de aulas fossem alugadas e sem as melhores condições, comparando com de hoje que são instalações próprias com salas climatizadas. Para Rogério a universidade e o local que os estudantes ganham maturidade, pois ele já ocupava um lugar de destaque no seu posto de trabalho, mas não sentia o impacto disto na sua vida, depois da conclusão do curso sentiu que estava em uma posição de influência, tendo sido distinguido como o melhor

estudante e consequentemente ganhou uma bolsa de estudos para fazer o nível de mestrado onde pode mais uma vez testemunhar boa qualidade dos docentes.

“Considero hoje a universidade alberto chipande uma casa que me recebeu e educou com qualidade e todo o mérito que hoje tenho e graças a este processo de ensino e aprendizagem do qual aceitei fazer parte”, venceu

“Por ocasião da celebração do 14 aniversário da universidade, deseja prosperidade e que continuem investido na qualidade a todos os níveis. É invejável que uma instituição jovem



tenha instalações próprias indeferimento de aquelas renomadas que continuam em instalações arrendadas e condições precárias. Bem-haja a universidade alberto chipande!”

Extensão Universitária Rádio e Televisão Académica de Moçambique



Durante o processo evolutivo das Universidade Alberto Chipande, foi notória a criação de uma unidade orgânica de comunicação social que visam processo de difusão académica a comunidade e permitir a visibilidade da extensão universitária.

A Rádio e Televisão Académica de Moçambique é o exemplo, esta unidade foi criada em 2014 quem tem como o objectivo principal a produção e disseminação de material académico produzido pelos docentes, investigadores, estudante e de entidades relevante com vocação para a actividade. A Televisão Académica de Moçambique também tem mecanismos de trabalho conjunto com os diferentes programas e projectos

de extensão já desenvolvidos pelas instituições de ensino superior nacionais, visando assim dar mais visibilidade a essas iniciativas; potencializar suas ferramentas de comunicação; ampliar o público atingido por esses programas; e, em última instância, aproximar a comunidade da instituição universitária por meio da explicitação dos espaços possíveis de serem ocupados e das possibilidades de uso quotidiano do conhecimento académico. O canal de televisão encontra-se disponível com uma grelha de programação diversificada em todos território nacional na plataforma da TMT através do canal 16 e igualmente online em todas as plataformas digitais. A sintonia do sinal de radio pode ser feita na província de Sofala na frequência 88.0 FM.

Desporto

Promover o desporto universitário tem impacto no sucesso académico, ao proporcionar ao estudante o ambiente necessário para o seu desenvolvimento emocional no contexto desportivo, estamos a facultar-lhe ferramentas importantes para enfrentar o mercado de trabalho.

Na área do Desporto, a UniAc incentiva e apoia a participação da comunidade académica na prática do Desporto, para além de competições internas a nível de cada delegação, conta com o Clube sport Académica da UniAc, que a nível da província de Sofala movimenta as modalidades de Futsal e Basquetebol, a equipa de futsal conta com 3 participações em campeonatos nacionais na delegação de Pemba tutela a equipa Futebol clube de Pemba que nesta época participa do campeonato Provincial.



Participação do ISCTAC no Campeonato Nacional de Futsal

A Frelimo, através do Secretário do Comité Central para Comunicação e imagem e porta-voz do partido, faz um balanço positivo dos três anos do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de Maputo, assinados sábado passado, 6 de Agosto. Desde Janeiro de 2015, sobretudo nos últimos três anos, segundo Manasse, Moçambique deu passos decisivos rumo à paz efectiva, duradoira e na reconciliação nacional, através do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos antigos guerrilheiros da Renamo, a integração de alguns homens nas FDS, sobretudo nas fileiras da Polícia da República de Moçambique (PRM), e a nomeação de Raúl Domingos, líder de um partido da oposição, para o cargo de Embaixador de Moçambique junto da Santa Sé, no Estado de Vaticano.

ANSELMO SEMGO

Email: Sengoans@yahoo.co.br

De acordo com o Secretário do Comité Central para Comunicação e imagem e porta-voz da Frelimo, o Presidente Filipe Nyusi soube, no seu juramento feito na Praça da Independência, em 2015, eleger a paz como a chave do desenvolvimento nacional, particularmente económico e social, e agenda principal da sua governação.

“Só com a paz é possível colocar o nosso país nos trilhos do desenvolvimento, e o Presidente Filipe Nyusi teve essa visão, e hoje colhemos os frutos”, disse.

Recuando no tempo, Caifadine Manasse fez saber que o Presidente da Frelimo e da República de Moçambique começou a fazer este trabalho de busca incessante da paz exactamente no dia 6 de Agosto de 2017, quando se deslocou, contra tudo e todos, às matas da Gorongosa para se encontrar com o falecido líder da Renamo, Afonso Dhlakama, dando assim o primeiro sinal de que está comprometido com a paz.

Nesse encontro, o Presidente Nyusi e o líder da Renamo discutiram e acordaram sobre os próximos passos no processo de paz, que viria a consumar-se dois anos depois (6 de Agosto de 2019), com a assinatura, na capital do país, com Ossufo Mornade, do histórico Acordo de Paz e Reconciliação Nacional, entre o Governo e a Renamo, o qual foi precedido pela assinatura do Acordo de Cessação Definitiva das Hostilidades Militares, assinado a 1 de Agosto de 2019, em Gorongosa.

“Na altura, os cépticos diziam que não era possível dialogar via telefone, mas o Presidente Nyusi habituou-nos a fórmulas mais simples e convincentes de fazer as coisas e trazer resultados positivos”, enalteceu Caifadine Manasse.

Por isso, o Secretário do Comité Central da Frelimo para Comunicação e imagem e porta-voz do partido afirma que, apesar da perturbação e tentativas de desestabilização da região Centro, por Mariano Nhongo, que liderava a extinta Junta Militar da Renamo e que viria a encontrar a morte em combate com as Forças de Defesa e Segurança (FDS), o balanço que se faz dos três anos do Acordo de Paz de Maputo é positivo.

Acordo de Paz de Maputo coroa juramento do Presidente Nyusi

- Considera Caifadine Manasse, Secretário do Comité Central para Comunicação e imagem e porta-voz da Frelimo



Caifadine Manasse, porta-voz da Frelimo

“Devemos ter em consciência que Moçambique tem apenas 47 anos de Independência, e nesse percurso sofreu a guerra de desestabilização dos 16 anos que destruiu todo o tecido económico e social. Mas a Frelimo sempre teve a visão e esteve comprometida com o bem-estar do povo e estabilidade do país, e de tudo tem feito que estiver ao seu alcance para manter Moçambique em paz”, afirmou.

Nessa ordem de ideias, o também deputado da Assembleia da República enfatizou que hoje, sob a direcção da Frelimo e do Presidente Filipe Nyusi, incluindo com a dedicação das FDS, a região Centro do país vive a paz, tranquilidade, e as pessoas e bens circulam seguros.

Por isso, “o Presidente Filipe Nyusi está de parabéns por ser um homem humilde e aquele que se preocupa com o seu povo, e luta em todos os sentidos para melhorar a vida dos moçambicanos”, frisou o nosso entrevistado.

A título de exemplo, Caifadine Manasse apontou a aprovação pela Assembleia da República e entrada em vigor da nova Tabela Salarial Única (TSU), na Função Pública, sublinhando que, apesar de constituir um desafio e as dificuldades de várias ordens que o país enfrenta, o Presidente do partido e da República ganhou coragem e avançou na reforma da pirâmide da tabela salarial do Estado.

E porque trata-se de uma reforma em curso, o porta-voz da Frelimo esclareceu que “a tabela salarial do Estado precisa ainda de ser aprimorada, e o próprio Presidente Filipe Jacinto Nyusi e o seu Governo reconhecem os desafios que resultam da sua implementação. Por isso, neste momento a tabela está sendo retrabalhada, na busca de soluções que beneficiem os moçambicanos e os funcionários públicos, em particular”, observou.

Relativamente às situações adversas que o país enfrenta e condicionam a actividade do Governo, o porta-voz da Frelimo indicou o terrorismo em Cabo Delgado, as cheias cíclicas e ciclones, a pandemia da Covid-19, e mais recentemente a guerra entre a Rússia e Ucrânia, cujo impacto se manifesta através do aumento dos preços dos combustíveis e

dos cereais, e consequentemente do custo de vida no país, na região e no mundo.

“Paz é este exercício todo que o Presidente Filipe Nyusi está a fazer, desde o primeiro dia que assumiu os destinos do país como Presidente da República”, destacou, apelando à calma dos funcionários, alegadamente porque a breve trecho o Governo trará as soluções necessárias para melhorar a vida dos funcionários públicos e do povo moçambicano em geral.

Em relação aos marcos dos três anos do Acordo de Paz e Reconciliação Nacional de Maputo, Caifadine Manasse indicou o processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração dos antigos guerrilheiros da Renamo, que até à data já abrangeu 3.558 ex-combatentes, representando 68% do total, e 12 das 16 bases foram encerradas de forma permanente, esperando-se, contudo, que até finais de 2022 o processo de desarmamento e desmobilização seja

concluído, com maior ênfase na reintegração e reconciliação, em 2023.

Com efeito, o Secretário do Comité Central da Frelimo para Comunicação e imagem afirma que o DDR está a ser um sucesso e a própria Renamo tem reconhecido isso publicamente.

Igualmente, outro facto que marca de forma indelével a passagem dos três anos do Acordo de Paz de Maputo é, de acordo com Caifadine Manasse, a integração dos ex-guerrilheiros da Renamo nas FDS, sobretudo nas fileiras da Polícia da República de Moçambique (PRM), bem assim a nomeação de Raúl Domingos, presidente de partido de oposição (PDD), pelo Chefe de Estado, para o cargo de Embaixador de Moçambique junto da Santa Sé, no Estado de Vaticano.

“Este é sem dúvidas um grande indicativo e exemplo imensurável de que a paz é apanágio do Presidente Filipe Nyusi, assim como a reconciliação nacional é uma realidade no país”, enfatizou.

O nosso interlocutor referiu ainda que “isso prova também aquilo que o Chefe de Estado sempre tem defendido de que ideias para a criação de estabilidade e desenvolvimento não têm cor partidária. O Presidente Filipe Nyusi olha para os moçambicanos como matéria-prima para desenvolver Moçambique”, sublinhou Caifadine Manasse.

Nesse prisma, realçou que a Frelimo saúda esta nomeação porque pugna pela unidade nacional e é uma tese de todos os congressos, incluindo do XII Congresso, que se vai realizar de 23 a 28 de Setembro, na Matola.

Para além disso, Caifadine Manasse classifica a nomeação de Raúl Domingos como sendo a valorização dos ganhos da Independência nacional pelo Presidente Filipe Nyusi.

“Todos estes elementos provam o apanágio e mostram o trabalho que está sendo feito pelo Presidente Filipe Nyusi na materialização dos ditames da inclusão, na procura permanente da paz e na consolidação do Estado de Direito Democrático”, referiu.

Nesse contexto, o nosso interlocutor recomenda aos moçambicanos para acarinhar e consolidar a paz, como forma de tornar-se efectiva, duradoira e que nunca mais volte a ser perigada pelos próprios moçambicanos.

Publicidade

11 ANOS DE ENTRETENIMENTO EM SUA CASA

zäp

SUPER PROMOCÃO!

ZAP BOX HD	+ KIT DE INSTALAÇÃO
1450 MTS	1750 MTS
1750 MTS	2250 MTS

OFERTA MENSALIDADE PACOTE MINI +

BLAST Disney AXV

LIGUE: 95 500 ZAP.CO.MZ

NACIONAL

Na localidade de Cupo, em Funhalouro

Isaura Nyusi inaugura Centro de Saúde

Com a inauguração do Centro de Saúde, quarta-feira passada, pela esposa do Presidente da República, Isaura Nyusi, a população da localidade de Cupo, no distrito de Funhalouro, deixou de percorrer cerca de 42 quilómetros para ter acesso aos serviços de saúde, na localidade de Mavume, ou 92 quilómetros, na sede do distrito de Funhalouro. Isaura Nyusi anotou que esta inauguração, testemunhada pelo ministro da Saúde, parceiros de cooperação e pela população local, constitui um marco importante na mudança de vida da comunidade, que passará a beneficiar de assistência médica e medicamentosa no tratamento da saúde.

Trata-se de infra-estruturas resilientes, isto é, duradouras, consistentes e resistentes aos cenários de vulnerabilidade a que todos nós estamos expostos, devido a frequente ocorrência de eventos extremos, que vêm sendo acentuados pelo fenómeno das mudanças climáticas.

“As infra-estruturas que hoje (quarta-feira) entregamos concretizam a nossa política de saúde, que visa, dentre outros objectivos, alargar o acesso aos cuidados primários de saúde de qualidade, para todos aqueles que se encontram a residir no território nacional”, disse Isaura Nyusi, acrescentando que está em conformidade com a Declaração da Organização Mundial de Saúde que define o centro de saúde como o primeiro nível de contacto dos indivíduos, da família e da comunidade com o Sistema Nacio-

nal de Saúde.

A esposa do Presidente da República referiu ainda que a entrega daquela unidade sanitária concorre igualmente para os objectivos traçados pelo Programa Quinquenal do Governo (2020-2024), que na sua prioridade três preconiza a necessidade de assegurar uma gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente.

“Poderão perguntar o que é que o Centro de Saúde tem a ver com a protecção do meio ambiente? A resposta é simples. É que apenas um cidadão saudável é capaz de se focar nas acções de preservação ambiental e de desenvolvimento social e económico do nosso belo país”, esclareceu Isaura Nyusi.

Paralelamente, prosseguiu a esposa do Presidente da República, “responderemos aos objectivos da nossa Estratégia



Isaura Nyusi inaugurando Centro de Saúde em Funhalouro

Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas (2013-2025), que preconiza a necessidade de apostar na implantação de infra-estruturas públicas e privadas resilientes às intempéries, mas também a outros instrumentos operacionais, cujos resultados, em última instância, concorrem para o alcance

dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2030’.

Explicou ainda que as obras construídas no contexto de implementação do programa local tiveram o financiamento do Reino da Suécia e contemplam uma maternidade e uma casa para os profissionais que es-

tarão afectos ao Centro de Saúde e um sistema de abastecimento de água.

Refira-se que o Centro de Saúde de Cupo vai beneficiar directamente um total de 1.638 habitantes desta localidade, e de forma indirecta outras centenas de cidadãos das comunidades de Mangole e Macuacuane, na vizinha província de Gaza.

Este Centro de Saúde irá contribuir para a promoção dos serviços de atendimento personalizado e humanizado aos utentes, provisão do serviço materno-infantil, bem como na prevenção de doenças como fístulas obstétricas, causadas muitas vezes pela chegada tardia aos centros de saúde, devido às longas distâncias que antes a população era obrigada a percorrer.

“Com esta iniciativa estamos a aproximar cada vez mais os serviços de saúde primários às comunidades, observando deste modo os compromissos assumidos pelo nosso Governo, não só de prover melhores serviços de saúde, como também de melhorar a resiliência das nossas comunidades face aos desafios impostos pelas mudanças climáticas”, frisou.

Deputados exigem banco para distrito de Muembe

Os deputados da Assembleia da República (AR), membros da Comissão do Plano e Orçamento (CPO), instaram quarta-feira passada ao Governo do distrito de Muembe, na província do Niassa, a envidar esforços para a instalação de uma instituição bancária para que a população possa ter lugar seguro para fazer as suas poupanças.

O apelo foi feito pelo presidente da CPO, António Niquice, durante um encontro de trabalho que aqueles

O deputado Niquice disse ser importante insistir junto das autoridades governamentais da província para

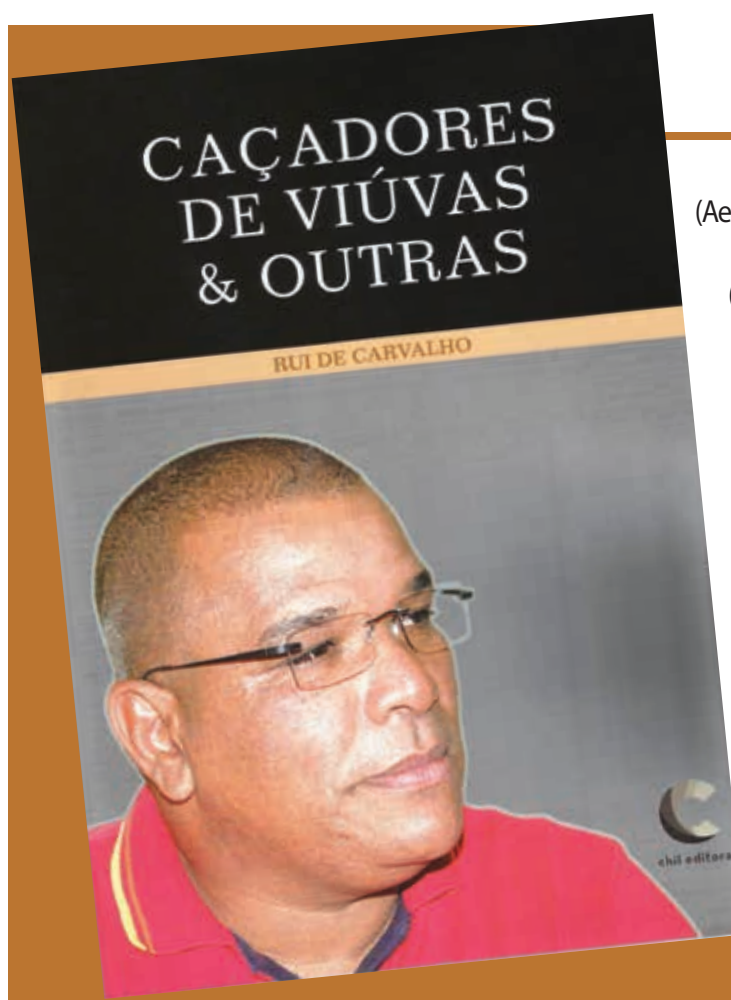


mandatários do povo mantiveram com os membros do Governo distrital, tendo frisado que a falta de um banco naquele ponto do país impede a criação do bem-estar da população.

que o processo de instalação de uma instituição bancária, em Muembe, possa conhecer um desfecho positivo a breve trecho.

No encontro mantido com os ▶

Publicidade



Já à VENDA nas Lojas!

MIVANY SHOP
(Aeroporto Internacional de Maputo)

MABUKU
(Július Nyerere e Hotel Rovuma)

PAPELARIA ESCOLAR
(24 de Julho)

TAVERNA
(Costa do Sol)

TAVERNA
(Sommerschield)

TAVERNA
(Mao-Tse-Tung)

TAVERNA
(Av. 24 de Julho)

TAVERNA
(Jardim dos Namorados)

TAVERNA
(Baia Mall)

Joseph Hanlon é jornalista perigoso ao país

De origem britânica, mas focado nos assuntos moçambicanos, o jornalista Joseph Hanlon, que chegou a ser banido pela Embaixada dos EUA, em Maputo, por incoerências nas suas abordagens, é um profissional perigoso para Moçambique, com trabalho que suscita dúvidas, devido ao seu elevado nível de desinformação, numa altura em que a população moçambicana espera uma informação credível sobre o cenário que se vive em Cabo Delgado.

Na sua mais recente publicação inglesa, o também chamado cientista social escreveu que a situação que se vive em Cabo Delgado é uma "guerra civil", contrariando o que já é sabido, como tratar-se de terrorismo, até aqui responsável pela decapitação de muita gente inocente e destruição de importantes empreendimentos sociais e económicos, gerando pânico que engrossou o contingente de deslocados internos.

Hanlon escreve ainda que "após oito meses de confronto, os grandes doadores entraram em colapso e pararam de tentar pressionar o Governo a aceitar que as queixas locais desempenham um papel importante na guerra civil de Cabo Delgado".

Estas afirmações são meras criações do jornalista, que de forma atabalhoada tenta dar mérito às agressões terroristas contra os moçambicanos, inventando novas teorias que podem desviar as atenções da população e do mundo.

Na verdade, o país já sofreu de guerra civil e dela se livrou há 30 anos, com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP).

O que agora se está a viver, especificamente na província de Cabo Delgado, é uma vaga de ameaça à soberania nacional e integridade territorial, protagonizada por um grupo de terroristas de progenitura islâmica, com motivações não conhecidas.

Refira-se ainda que os parceiros do país na luta contra o terrorismo não estão em colapso, porque continuam a apoiar

as Forças de Defesa e Segurança (FDS) na sua luta contra o terrorismo, onde contam também com o envolvimento das forças ruandesas e da Missão da SADC em Moçambique, a SAMIM.

Em 1996, recorde-se, Joseph Hanlon foi banido da Embaixada americana, devido à falta de profissionalismo nos seus trabalhos.

Na altura, o embaixador americano em Moçambique, Dennis Jett, justificou o banimento do jornalista indicando que Joseph Hanlon é um



Joseph Hanlon

profissional cujo trabalho é total e consistentemente parcial, proibindo-o de fazer trabalhos naquela instituição diplomática. Entretanto, 26 anos depois, o problema repete-se, desta vez apoiando-se no caso Cabo Delgado para desinformar, o que ao PÚBLICO não passaria despercebido.

agentes económicos e as organizações da Sociedade Civil os parlamentares ficaram a saber que decorrente da falta de banco, os empresários têm sido vítimas de assaltos nos quais são despojados de avultados valores monetários.

Reagindo à preocupação apresentada pelos parlamentares, a Secretária Permanente de Muembe, Jerónima Ricardo Huo, afirmou que o assunto tem sido frequentemente abordado nos encontros com o Conselho dos Serviços de Representação do Estado na província do Niassa.

Ela informou aos deputados que o Banco Internacional de Moçambique (BIM) é a instituição bancária que vai construir a sua sucursal no distrito de Muembe, estando já identificado um espaço para o efeito.

Para além da falta de um banco, consta no rol dos desafios das autoridades governamentais daquele distrito a garantia do aumento da produção e

produtividade agrária, a melhoria dos níveis de colecta de receitas e do reembolso do Fundo de Desenvolvimento Distrital, o vulgo "7 Milhões de Meticais".

No capítulo das finanças públicas, no primeiro semestre de 2022 Muembe arrecadou para os cofres do Estado 504.079, 50 meticais de receitas próprias, de um plano anual de 1.264.364,95 meticais, representando uma realização de 40 por cento, contra 624.391,05 meticais planificados, uma realização de 35,2 pontos percentuais, contra 10,170,00 meticais de 2021.

O administrador de Muembe, Cassimo Abdo, disse que no período em referência foram reembolsados 261.456,00 meticais de um valor estimado em 421.580,00 meticais planificados, representando uma execução de 62 por cento, contra 276.690,00 meticais do transacto ano de 2021.

O presidente da Comissão do Plano e Orçamento da AR e a comitiva parla-

Moçambique conquista medalhas nos jogos da Commonwealth 2022

A delegação moçambicana na XXII edição dos Jogos da Commonwealth 2022 que decorrem na Inglaterra tem vindo a somar vitórias e a conquistar medalhas nas diversas modalidades, particularmente no boxe, onde a pugilista moçambicana Alcinda Panguana confirmou sábado em Birmingham, a conquista da medalha de bronze da categoria dos 66-70 quilogramas e a primeira medalha para Moçambique, desde 2014 em Glasgow, na Escócia, quando a pugilista Maria Machongua (nos 60 Kg) venceu medalha idêntica.



Segundo o jornal desportivo Lance, Alcinda Panguana entrou para o ringue da Arena quatro do Centro de Exposições com o título de vice-campeã mundial, por isso as atenções estavam voltadas para si, o que aumentou a pressão e a vontade de vencer neste combate, não faltou o incondicional apoio dos moçambicanos presentes em Birmingham que puxaram pela pugilista do primeiro ao último minuto dos três assaltos.

Pela frente tinha a pugilista da Austrália Kaye Francea Scott campeã no seu país na categoria dos 66-70 kg, por isso, antevia-se um combate bastante equilibrado e foi o que acabou por confirmar-se com as duas atletas

a baterem-se duro para chegar à final.

A australiana entrou melhor no primeiro assalto procurando dar golpes a que Panguana tentou resguardar-se e partir para o contra-ataque. Foi assim que no final do primeiro round dois juizes deram pontuação de 10 a Alcinda e três atribuíram os mesmos pontos a Kaye, fazendo com que a australiana estivesse em vantagem.

No segundo round a claque moçambicana aumentou de intensidade no seu apoio, Alcinda Panguana reagiu com uma melhor exibição, conseguindo meter alguns golpes perante a pugilista Australiana que bem tentou esquivar-se, mas não ao ponto de evitar uma vantagem no assalto

para a moçambicana que conquistou a pontuação máxima de três juizes, fazendo com que o combate ficasse empatado.

No terceiro assalto as duas pugilistas esmeraram-se para conseguir ganhar o assalto, procurando lançar golpes para pontuar, bem como resguardar-se para evitar a derrota. O combate foi muito intenso nesta fase, mas a condição física dos jogadores começou a degradar-se à medida que os três minutos caminhavam para o seu final.

No final os juizes tiveram que recorrer aos "split decision", ou seja, houve árbitros que deram a vantagem a Alcinda Panguana 3 outros a australiana Kaye Frances Scott que venceu por 4-1.

Em masculinos, Tiago Muxanga fez a sua estreia em grandes ringues do boxe internacional e eliminou o pugilista olímpico camaronês, Albert Mengué Ayissi, que saiu derrotado por 5-0. Muxanga continuou a impressionar e merecer "standing ovation" após a reviravolta sobre o neozelandês Wendell Stanley, garantindo a conquista da terceira medalha para o país.

No atletismo, a delegação moçambicana, sobretudo, a velocista Mocambicana Ancha Mandlate melhorou o seu tempo nos 100 metros, ao retirar 49 centésimos de segundos do seu anterior máximo no hectómetro.



mentar que encabeça mostraram-se preocupados com o estado das vias de acesso naquele distrito, tendo apelado aos dirigentes locais para envidar esforços no sentido de garantir que as mesmas sejam transitáveis.

Com uma superfície de 5.824 quilómetros quadrados e uma população de 44.042 habitantes, o distrito de Muembe tem ainda como desafios a

redução dos índices de criminalidade, a expansão e melhoria dos serviços públicos de saúde, educação, energia, água e saneamento.

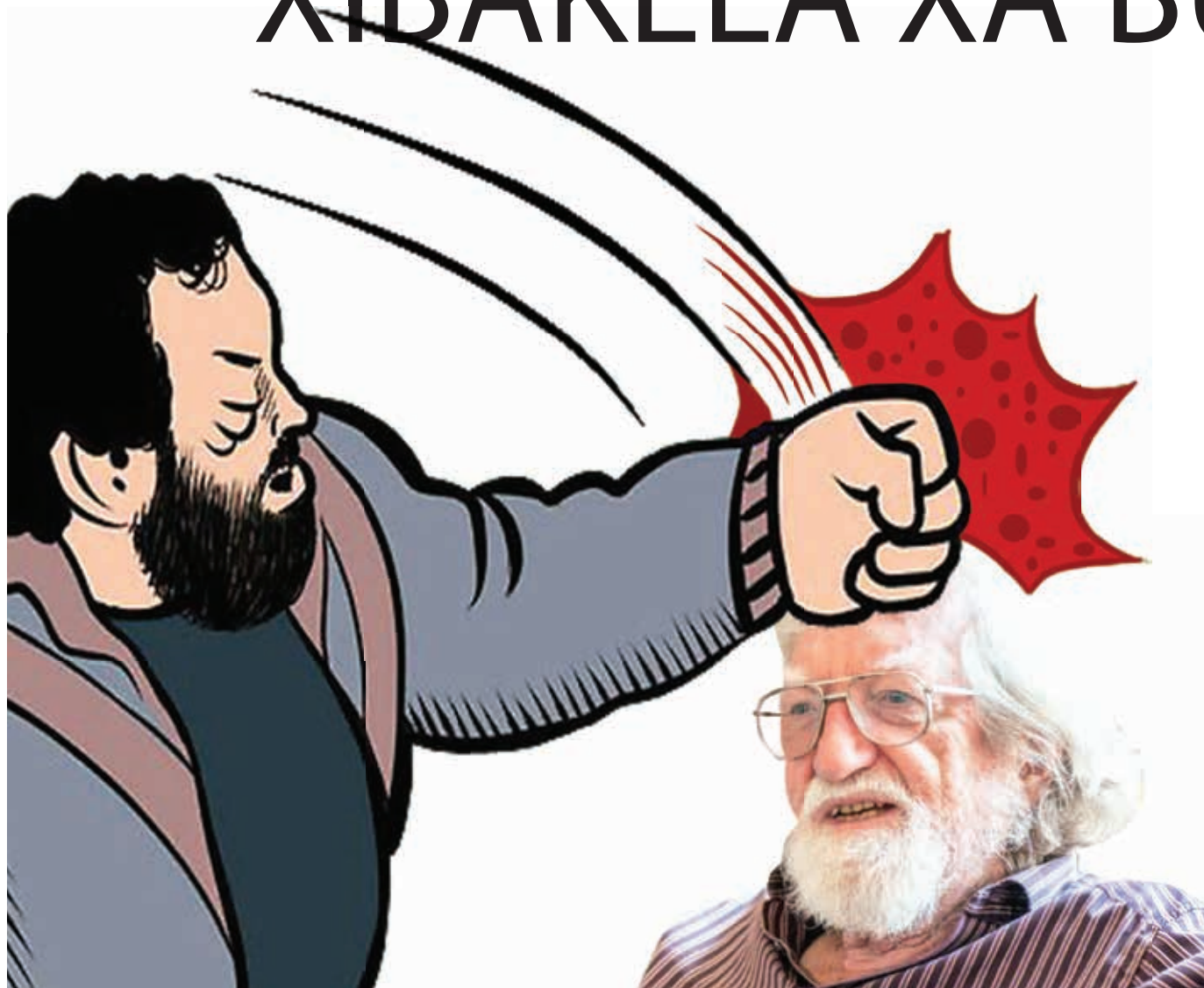
Para além do presidente Niquice, a delegação parlamentar que visitou a província do Niassa integrava os deputados Cemilde Amélia Muchanga, Carlos Manuel, Marquita Alexandre Loforte Jaime, Sábado Chombe, Faizal

António, Mustagibo Atimo Bachir e Fernando Bismarque Ali.

Com a visibilidade suportada pelo Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), no âmbito do memorando de entendimento rubricado com a AR, o grupo concluiu sexta-feira, dia 29, o seu périplo por Niassa, rumando depois para a província de Nampula.

Pancada Pública

XIBAKELA XA BUD



Faz tempo que vinha vigiando e seguir as pegadas deste ancião britânico, que usa o título de jornalista para espalhar mentiras pelo mundo, sobre Moçambique. A ideia, como se pode adivinhar, é agravar os problemas que o país vive hoje e pressionar a comunidade internacional a abandoná-lo, porque não faz sentido, em 30 anos do Acordo Geral de Paz (AGP), ainda falar de “guerra civil”, logo em Cabo Delgado, uma província que está a ser agredida pelos terroristas. Concretamente, de que guerra civil está a falar? Terrorismo para si é guerra civil? Quando é que “os grandes doadores”, como diz, anunciaram o colapso da sua ajuda a Cabo Delgado? A mentira é a coisa que mais detesto, pior quando esta vem de um ancião, que pela sua idade não é admissível que minta. Por esta e outras razões, vou aqui lhe sovar muito bem e não se atreva a tentar lutar, porque vou-lhe apertar o pescoço.

Pela primeira vez na sua história, o Serviço Nacional de Migração (SENAMI) vai realizar um recenseamento de cidadãos estrangeiros residentes em Moçambique, processo que tem como objectivo obter dados sobre a legalidade dos mesmos no país.

O recenseamento, ainda sem data marcada, visa igualmente modernizar o sector, segundo deu a conhecer o director-geral da Migração, Fulgêncio Seda.

“Estamos a planificar um recenseamento de raiz dos cidadãos estrangeiros residentes no país, visando saber onde é que eles se localizam, qual foi o primeiro visto que deu entrada na República de Moçambique, e quais são as actividades que eles estão a desenvolver. Esta é uma actividade de controlo da permanência e da legalidade dos cidadãos estrangeiros no nosso país”, explicou Fulgêncio Seda.

O recenseamento em alusão passará a ser contínuo, sendo que se enquadra nos desafios que o Serviço Nacional de Migração se



propõe a levar a cabo no desenvolvimento das suas actividades.

“Estamos, neste momento, a desenhar a plataforma das informações que nós precisamos para que façam parte deste leque de controlo que desejamos implementar pela primeira vez no país.”

Ainda no combate à imigração ilegal, o Serviço Nacional de Migração vai aprimorar a sua relação com outras instituições nacionais para travar este fenómeno que afecta vários países. “A imigração ilegal é uma situação que envolve, além de funcionários, outros actores que não são do sector da migração”, frisou.

Fulgêncio Seda falava na cidade da Beira, no âmbito de uma visita de monitoria das actividades do seu sector, na província de Sofala.

Recentemente, a ministra do Interior, Arsénia Massingue, desafiou o Serviço Nacional de Migração (SENAMI) a modernizar-se para melhorar a prestação de serviços e garantir a segurança nacional, evitando a imigração ilegal.

Publicidade

Tem dúvidas sobre coronavírus?

1

Website
#FICA ATENTO

Visite o site:
www.covid19.ins.gov.mz

2

WhatsApp
FICA ATENTO

Mande mensagem com a palavra “Ola”
para (+258) 84 33 18 72 7

3

Ligue grátis para:

84146 82149 1490
ou 1490

4

Faça Auto-avaliação
de risco de contaminação
por COVID-19

Visite o site:
www.riscocovid19.misau.gov.mz